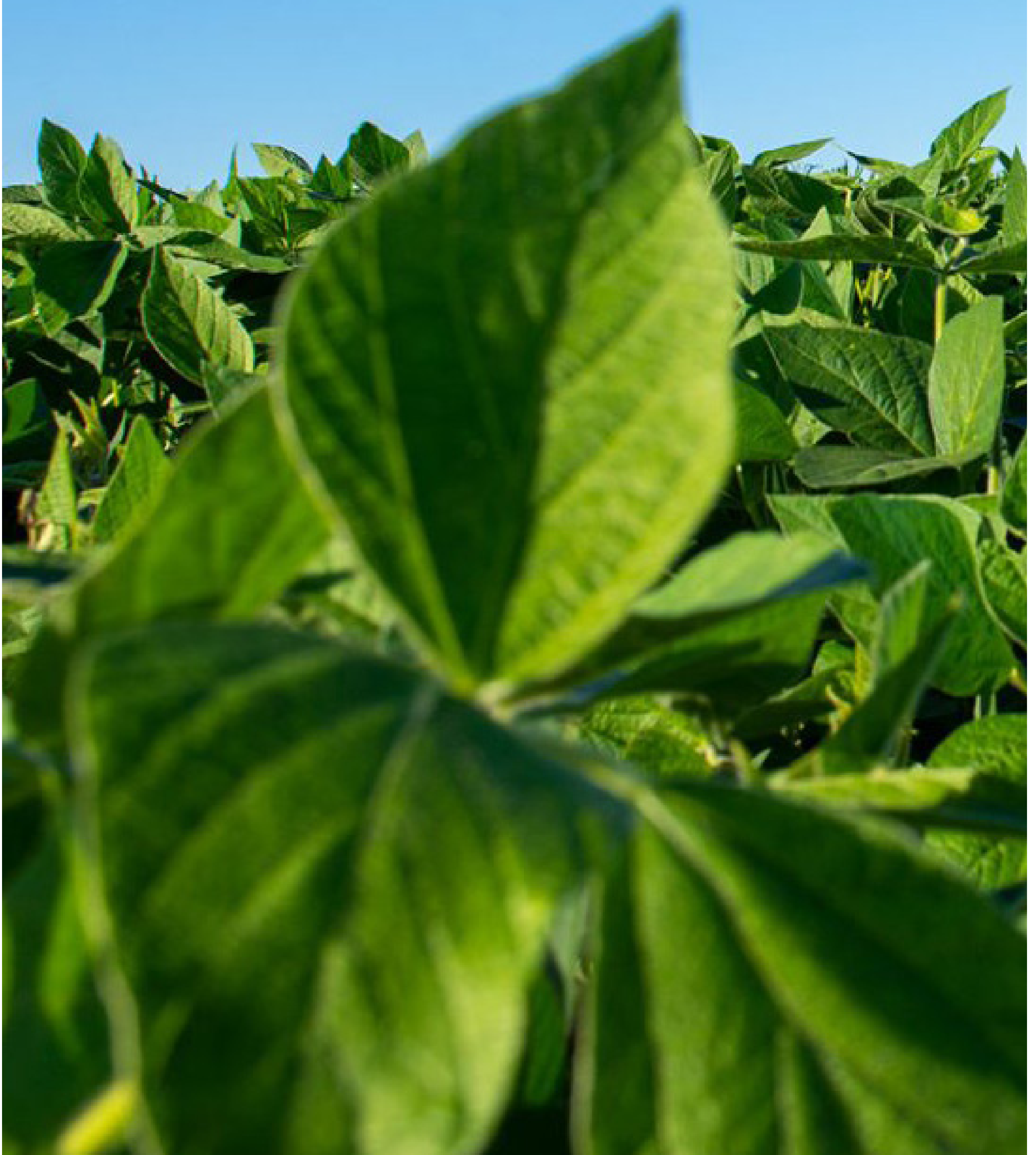


Agronegócio

Georges Flexor, Karina Kato, Maria Lucia Falcón, Flavio Bolliger, Carlos Mário Guedes de Guedes, Maria Gabriela Podcameni, Maria Cecília Lustosa, Gustavo Souto de Noronha, Carlos Eduardo Frickmann Young e Marina do MST avaliam o agronegócio brasileiro e seus impactos econômicos, sociais e ambientais e propõem modelos alternativos.



O agronegócio brasileiro

■ Afinal, o agro é pop?

Georges Flexor e Karina Kato, da UFRRJ, avaliam que sim, se considerarmos a competitividade internacional, crescimento do PIB e tecnologia. Mas não, porque contribui para a fome ao elevar os preços internos dos alimentos e provoca desigualdade e conflitos fundiários, desmatamento e perda da biodiversidade.

Maria Lucia Falcón, ex-presidente do Incra, destaca que os dois modelos – o agronegócio exportador e a agricultura familiar – têm uma agenda comum de interesses: a adoção de inovações tecnológicas disruptivas. Flavio Bolliger, aposentado do IBGE, questiona se o debate a respeito do agronegócio está fora de foco. O aperfeiçoamento do modelo pode ser alcançado por ações para contra-arrestar a concentração de terras, coibir o trabalho degradante, apoiar a pequena agricultura e estimular o associativismo.

Carlos Guedes de Guedes, analista do Incra, aponta que a valorização do preço da terra – que aumentou em média 40% em 2022 – e a apropriação e transformação de regimes de reprodução socioeconômica simples por um esquema industrial conectado ao mercado financeiro estão ampliando a distância entre o agro e a agricultura familiar.

Gabriela Podcameni e Cecília Lustosa, da RedeSist/UFRRJ, acreditam que o Brasil pode se tornar líder na produção de alimentos e práticas agropecuárias saudáveis, se investir em inovações e tecnologias para a transição ecológica. A Embrapa e a pressão do mercado internacional são fatores fundamentais para a transição.

Gustavo Souto de Noronha, diretor do Incra, enfatiza que a reconstrução do Brasil passa por um pacto nacional pela reforma agrária agroecológica e popular, capaz de garantir a segurança alimentar e auxiliar no enfrentamento das mudanças climáticas. Se o campo não planta, a cidade não janta.

Carlos Eduardo Young, do IE/UFRRJ, ressalta que diversificar, entender, adaptar e proteger o meio ambiente são formas muito mais inteligentes e eficientes para uma agricultura sustentável inserida na complexa realidade de um planeta com riscos ambientais crescentes.

Marina do MST, deputada estadual, afirma que o agronegócio é insustentável ambiental, social e economicamente. Tem como características a monocultura, financeirização e intenso uso de agrotóxicos e transgênicos; expulsa trabalhadores do campo e os contamina; não traz desenvolvimento para os territórios; e destrói o meio ambiente. A reforma agrária é pop, de popular.

Sumário

O agronegócio é pop? 4
Georges Flexor e Karina Kato

Tecnologia e pacto pelo desenvolvimento: como a agricultura pode se beneficiar das inovações disruptivas 12
Maria Lucia Falcón

Agronegócio: um debate fora de foco? 17
Flavio Bolliger

O Brasil rural que queremos e o combate à especulação fundiária 22
Carlos Mário Guedes de Guedes

O que o PIB não mede, a população sente: breves comentários sobre o agronegócio brasileiro 27
Maria Gabriela Podcameni e Maria Cecília Lustosa

A volta da reforma agrária 33
Gustavo Souto de Noronha

Dilemas e possibilidades para a agricultura brasileira 39
Carlos Eduardo Frickmann Young

A reforma agrária é pop, de popular 44
Marina do MST

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ
Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Marcelo Pereira Fernandes. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira, Antonio José Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ
Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

O agronegócio é pop?

Georges Flexor*

Karina Kato**

■ A propaganda nos diz que o “Agro é pop”. A mensagem conecta o agro diretamente com a ideia de modernidade, dinamismo, pujança e oportunidades. Essa narrativa é sustentada por diversas evidências. A competitividade internacional do agronegócio brasileiro é uma delas. Como mostra a figura 1, em contraste com o setor manufatureiro, as exportações líquidas da agropecuária brasileira são crescentes, contribuindo com o crescimento econômico e garantindo divisas estrangeiras que afastam o temor de crises do balanço de pagamentos. Em 2022, as exportações brasileiras somaram US\$ 334,1 bilhões. A soja representou 14% deste total (US\$ 46,6 bilhões) e o milho US\$ 12,2 bilhões. A carne bovina (fresca, resfriada ou congelada) representou US\$ 11,8 bi-



Karina Kato

lhões, o açúcar e melaços US\$ 11 bilhões, carnes de aves US\$ 8,9 bilhões e o café não torrado, US\$ 8,5 bilhões. Portanto, o agronegócio é uma história de sucesso que agrada o patriotismo econômico, é capaz de produzir manchetes de jornais, de gerar discussões e debates políticos e de impactar a opinião pública.

O crescimento do centro-oeste reforça esta narrativa. De 2000 a 2022, segundo o IBGE, a taxa anual média do crescimento do PIB da região foi de 3,18%, acima daquelas observadas no sul (+ 1,78%), sudeste (+ 1,72%) e nordeste (+ 2,21%). Somente a região norte, com o minério de ferro, apresentou um crescimento maior (+ 3,24%). Esse desempenho econômico do centro-oeste resulta da expansão espacial e da melhoria da produtividade do agronegócio. Segundo dados do Ibre/FGV¹, a produtividade por hora trabalhada na agropecuária (em reais de 2020) cresceu 226% entre 2002 e 2020. Em comparação, na indústria os ganhos foram mais modestos (+68%).

Ademais, o surgimento de um leque diversificado de *startups* que desenvolvem tecnologias aplicadas ao agronegócio reforça a visão de um agro *high tech*. Segundo o Radar Agtech², um mapeamento das *startups* do agronegócio brasileiro produzido em parceria pela Embrapa, SP Ven-

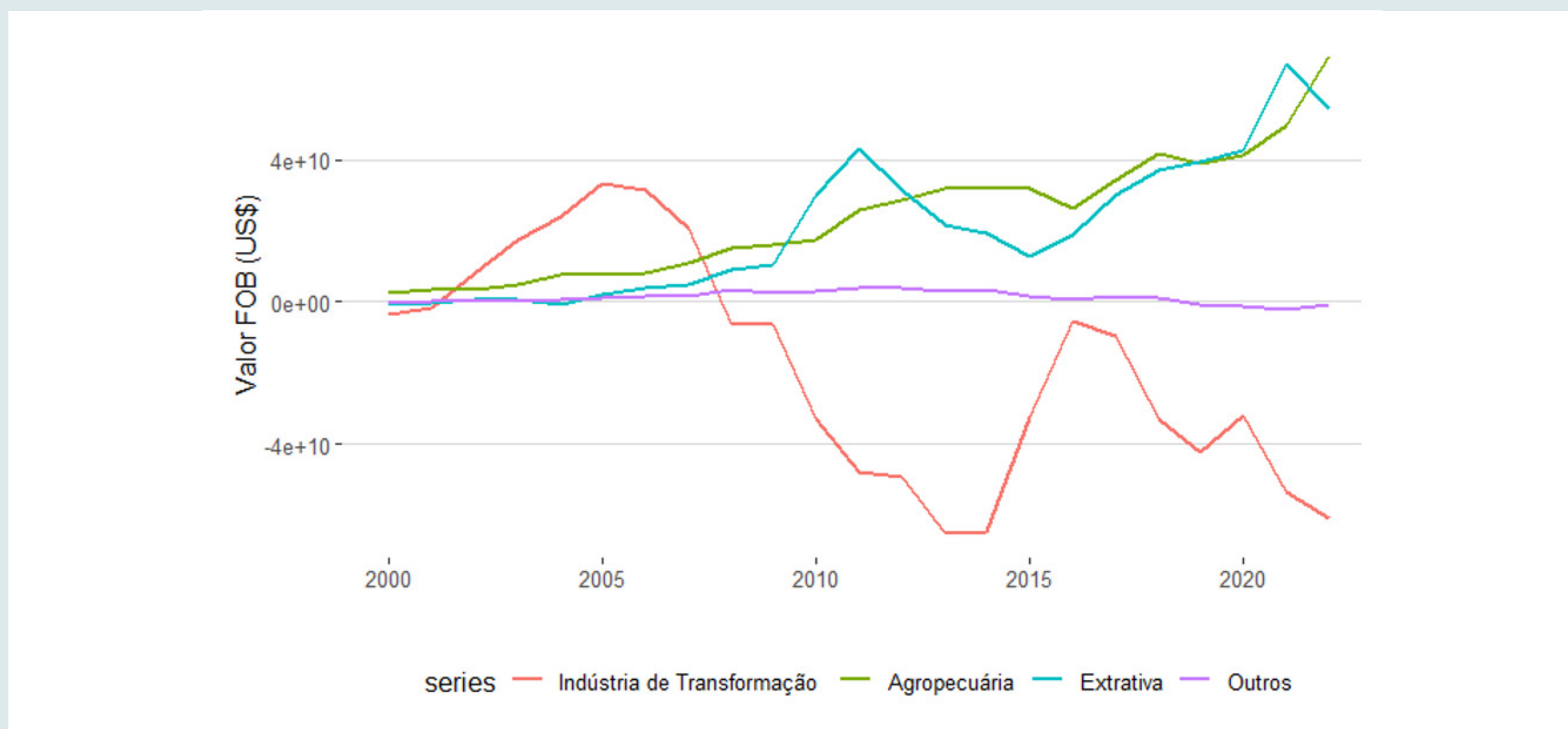


Georges Flexor

	São Desidério (BA)	Sinop (MT)	Ribeirão Preto (SP)	Paragominas (PA)	Boa Vista (RR)
Tipo de terras	Grãos, alta produtividade, 55 sacas/ha	Grãos, média produtividade, 55 sacas/ha	Cana, média produtividade, 95 t/ha	Grãos, média produtividade, 55 sacas/ha	Grãos, média produtividade, 50 sacas/ha
2001	13401.18	8632.00	42801.77	1726.40	755.30
2005	13391.28	14765.89	54506.66	4350.14	3221.39
2010	21396.36	12503.96	47062.82	7987.95	2673.76
2015	29530.83	23726.13	60701.75	14386.81	3786.00
2020	22000.00	17500.00	45000.00	10000.00	4000.00
Valorização	64.16%	102.73%	5.14%	479.24%	429.59%

Fonte: Instituto FNP, dados do Gemap.

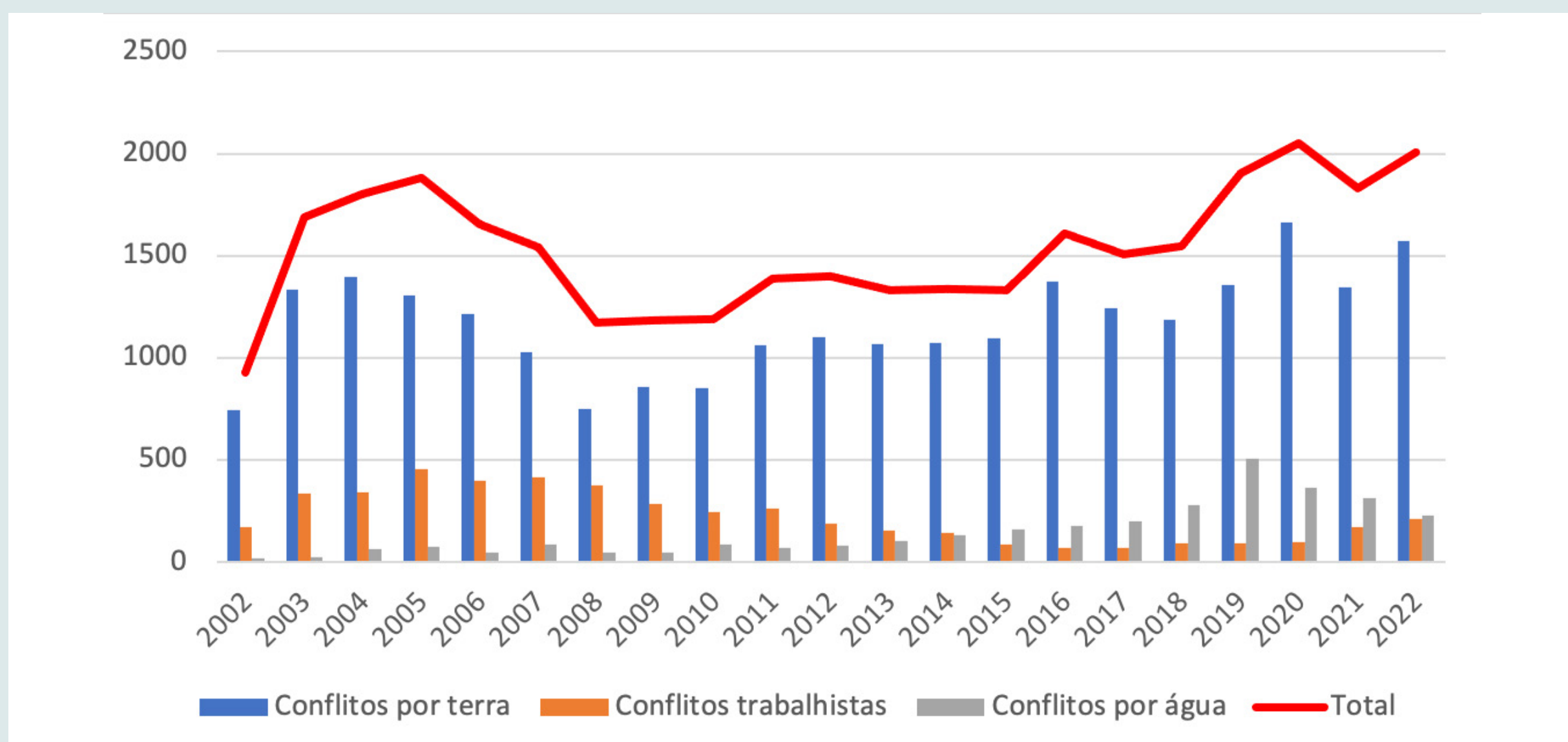
Figura 1 – Exportações líquidas brasileiras segundo seções ISIC*



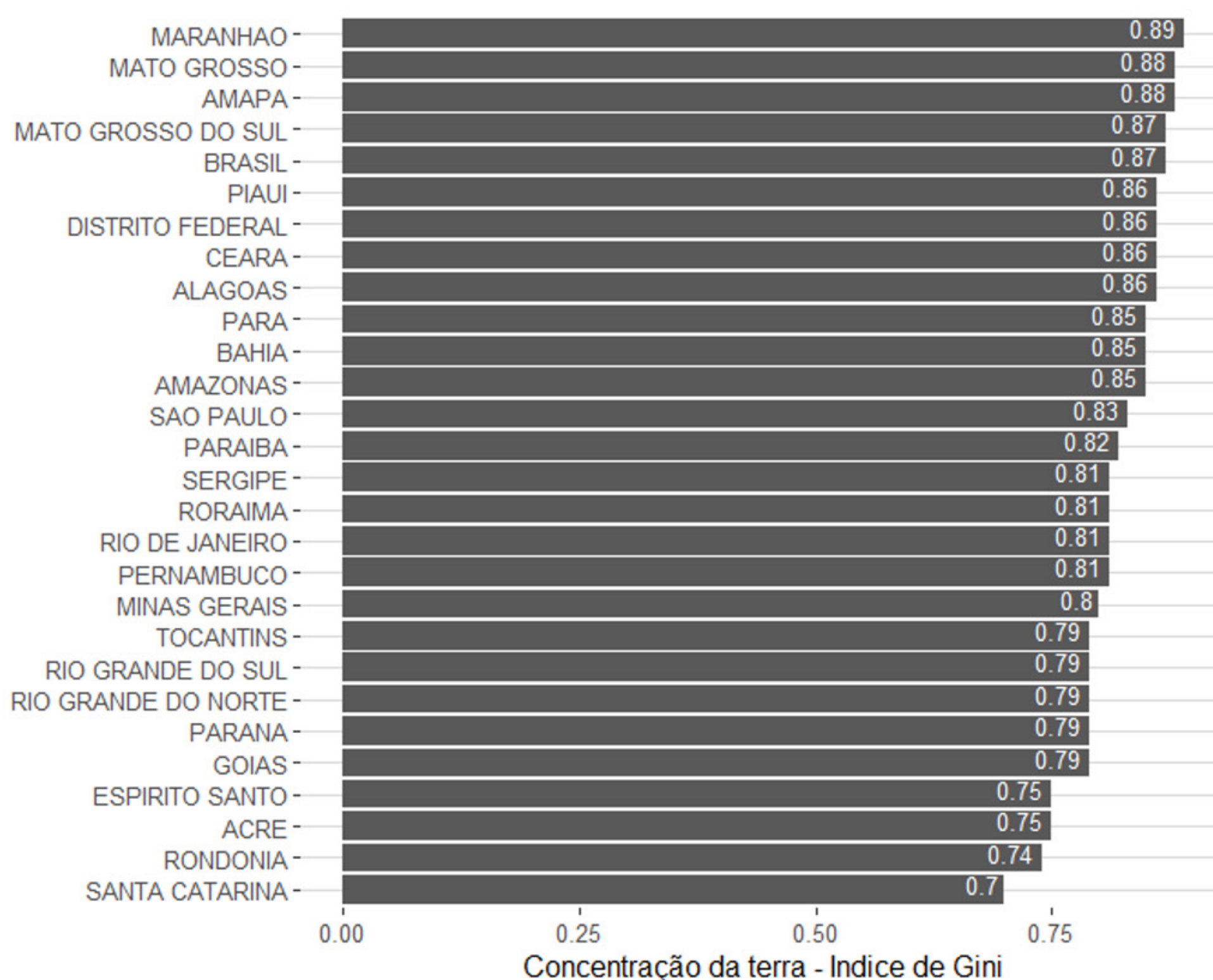
Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/>

* ISIC: International Standard Industrial Classification of All Economic Activities.

Figura 2 - Conflitos no meio rural brasileiro (2000 a 2022)



Fonte: CPT (diversos anos).

Figura 3 - Índice de Gini Fundiário por estados do Brasil (2017)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

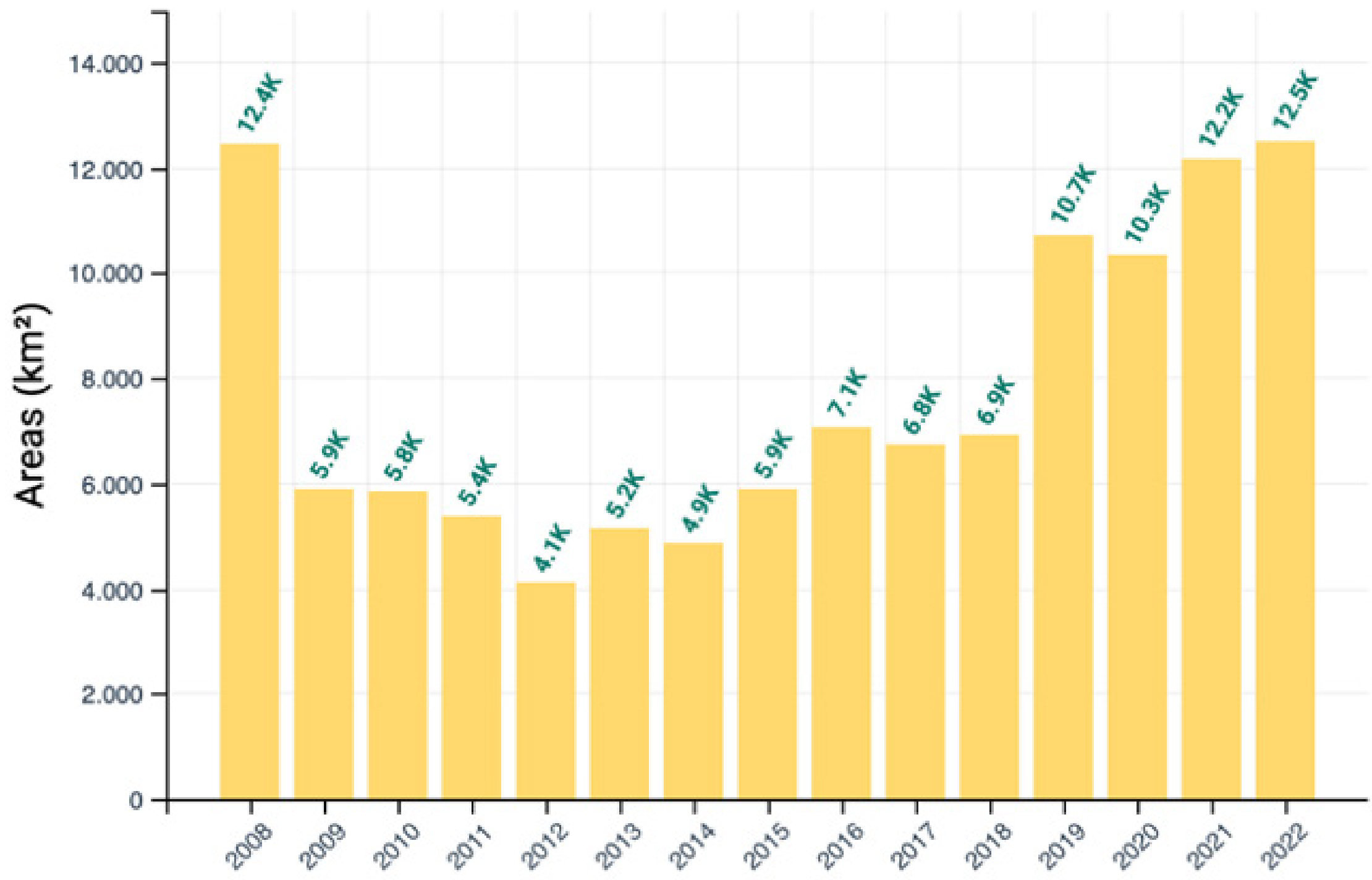
tures e Homo Ludens, havia 1.703 *startups* em 2022. Deste total, 281 atuavam no desenvolvimento de alimentos com melhores índices nutricionais ou de novos ingredientes. Outro nicho de atuação é a oferta de sistemas de gestão da propriedade (plataformas digitais), busca por *marketplace* para produtos agropecuários e o uso de equipamentos “atraentes” como drones, sensores e tecnologia de tratamento de imagens. Tudo isso reforça a narrativa de que o “agro é pop”. Existem, também muitas evidências de que nem tudo é “pop” no mundo do agronegócio.

O agro e a fome

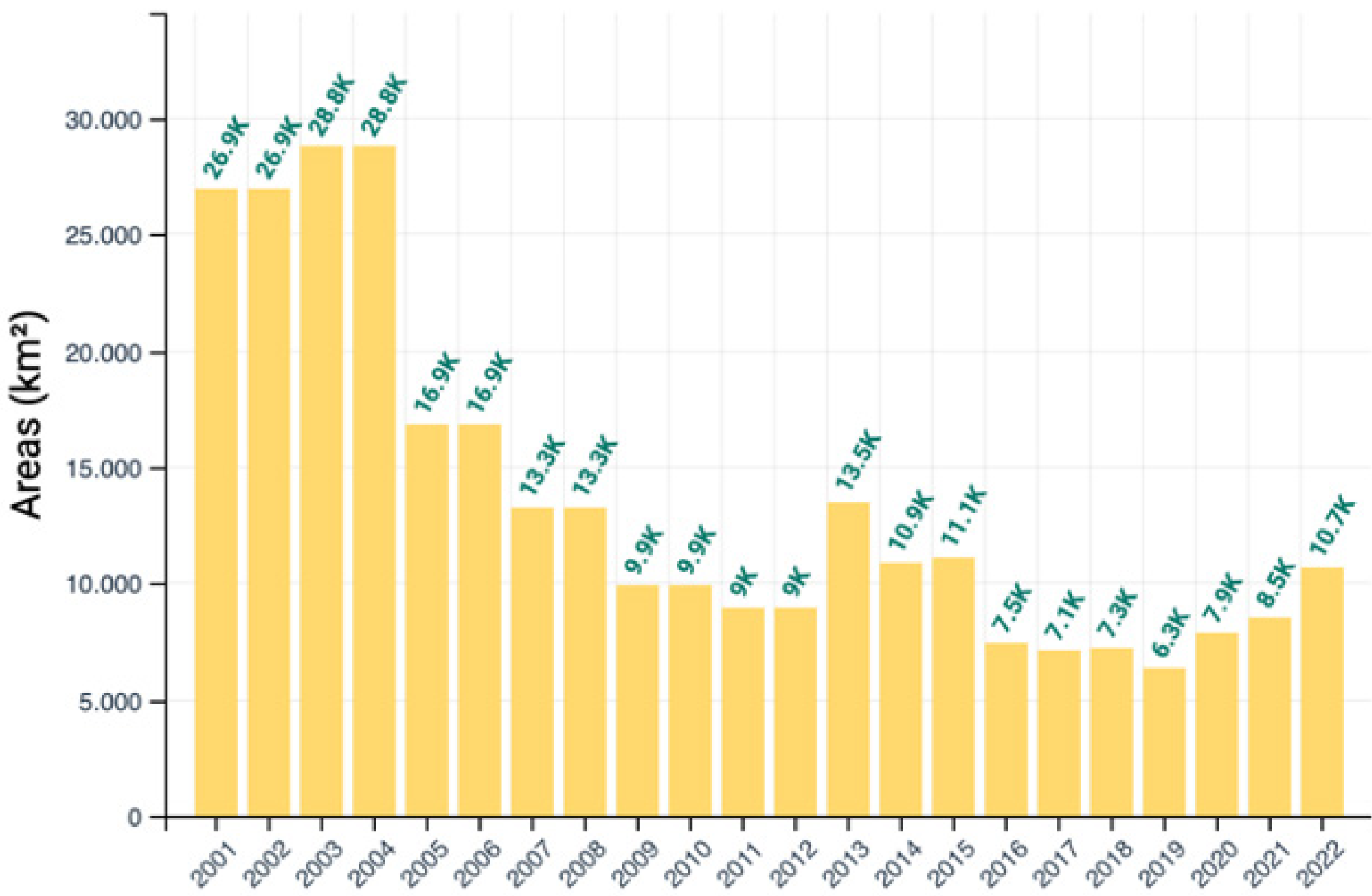
Apesar dos recordes de produção e exportações, pesquisas mostram que, desde 2020, se acentuam no Brasil a insegurança alimentar e a fome³. De 2013 e 2018, a fome aumentou 8% ao ano, segundo a Pnad (2013) e a POF (2018). Segundo a Rede Penssan, em 2022, 33,1 milhões de brasileiros não têm o que comer e mais da metade da população convive com algum grau de insegurança alimentar.

Em textos anteriores, mostramos como a integração do mercado brasileiro ao mercado internacional pressiona os preços internos dos alimentos⁴. Se os preços das *commodities* aumentam, como tem sido a tendência, há incentivos para a maior alocação de terras na produção. De 2000 a 2020, ampliam-se as terras destinadas à produção de soja e milho (175,8% e

Incrementos de desmatamento - Amazônia - Estados



Incrementos de desmatamento - Cerrado - Estados



Fonte: Prodes.

61,2%), e reduziram-se as de arroz e feijão. Nesse período, a expansão das terras dedicadas à produção de *commodities* teve crescimento significativo: 253,63% na produção e 175,8% na área plantada de soja e de 145% e 61,2% para o milho, respectivamente. Do centro-oeste, a fronteira agrícola vem se expandindo em direção aos Cerrados e à Amazônia (Sul do Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima).

O agro e as desigualdades fundiárias

O avanço do agronegócio se faz acompanhado também da valorização da terra como fator produtivo ou ativo (ganhos especulativos). Além da expansão da fronteira, os anos 2000 se fizeram acompanhados da multiplicação de títulos e fundos de investimento lastreados em terra. A tabela abaixo mostra a significativa valorização no preço da terra no período, sobretudo, nas áreas de avanço recente do agronegócio: Paragominas (479%) e Boa Vista (429%)⁵.

Esse avanço não se dá em terras “vazias”, mas naquelas aptas à produção, com infraestrutura e acesso à água. Áreas muitas vezes ocupadas por posseiros, povos e comunidades tradicionais. O aquecimento dos mercados de terras, logo, se fez acompanhado do aumento das expropriações, quase sempre violentas. Observamos de 2000 a 2022 o aumento nos conflitos no meio rural.

O triunfo do agro, assim, não se reflete na democratização do acesso à terra. O Brasil segue sendo um campeão em desigualdade fundiária⁶. Dados do Censo Agropecuário Hoffmann⁷ mostram que a desigualdade fundiária seguiu constante desde 1975 e acentuou-se de 2006 a 2017. Se em 1985 o índice de Gini do Brasil era 0,858, em 2017 ele passou para 0,8648. Em 2017, os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares eram 50,15% do total, mas ocupavam apenas 2,28% do território. Já estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares (1%) ocupavam 47,52%. Essa desigualdade é acentuada por condições étnicas e de gênero. Levantamento da Agência Pública revela que, nas propriedades com mais de 10 mil hectares, existem quatro brancos para cada preto/pardo. Nasque-las com menos de 1 hectare há três pretos/pardos para cada branco. As mulheres são minoria (homens controlam 87,32% dos estabelecimentos e 94,61% das terras)⁹. A desigualdade fundiária é maior no Maranhão, em Mato Grosso, no Amapá, em Mato Grosso do Sul e no Piauí.

O agro e a perda de biodiversidade

Uma outra faceta do avanço do agronegócio é a ameaça à sociobiodiversidade e o aprofundamento da crise climática. Desde 2019, há o crescimento constante do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, tendo na atividade agropecuária o seu principal vetor (junto com

o garimpo e a mineração). Dados do Prodes confirmam que o desmatamento acumulado cresce mais acentuadamente em áreas de avanço da fronteira (2000 a 2022), sendo os campeões no desmatamento o Pará, Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Maranhão. Ao seguir desmatando e destruindo sua sociobiodiversidade, o Brasil abre mão de um dos seus principais ativos no cenário internacional do século XXI, no qual a questão climática e ambiental ganha centralidade.

Incrementos do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado (2001 a 2022, km²)

O avanço da fronteira e o desmatamento não ameaçam apenas as áreas de florestas, mas os territórios de povos e comunidades tradicionais. Essas áreas garantem a reprodução social desses grupos e desempenham um importante papel na proteção da biodiversidade (Monitoramento do Mapbiomas¹⁰, em 2022).

Não podemos deixar de mencionar a força do agro na reformulação dos principais marcos regulatórios fundiários e de gestão dos recursos naturais. Isso é mais preocupante se considerarmos que recentemente o agro ampliou o seu poder no cenário político, agindo de forma coordenada em torno da Frente Parlamentar da Agropecuária¹¹, que mobiliza pautas conservadoras. Algumas vitórias recentes foram o Código Florestal, a Lei 13.465, a aprovação do marco temporal para terras indígenas, a liberação desenfreada de agrotóxicos etc.

O agro e o futuro do Brasil

A forma como o Brasil se insere nos mercados internacionais e o crescimento puxado pelos avanços do agronegócio colocam desafios para o desenvolvimento. O futuro prometido pelo agro esconde riscos fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e político do país. É importante não se deixar seduzir pela narrativa de que tudo é “pop” no Brasil do agro.

** É professor de Ciências Econômicas no IM/UFRRJ e no CPDA/UFRRJ e pesquisador do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap/UFRRJ).*

*** É professora de Relações Internacionais na UFRRJ e no CPDA/UFRRJ e pesquisadora do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap/UFRRJ).*

1 <http://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/temas/categorias/pt-regional>

2 https://radaragtech.com.br/wp-content/uploads/2022/11/relatorio_Radar-Agtech-2022_Embrapa_HomoLudens_SPVentures.pdf

3 *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Penssan (2021/2022) e Efeitos da Pandemia na Alimentação e na Situação da Segurança Alimentar no Brasil (Galindo, 2021).*

4 *Ver: Flexor, Kato e Leite. Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI (2022).*

5 *A título de comparação, nos últimos 20 anos, a Selic ficou na faixa entre 2% (2020) e 26,50% ao ano (2003).*

6 *Enquanto o Índice de Gini médio para a América Latina era de 0,79, relativamente alto, o do Brasil se destacava com 0,87 em 2006, dados do relatório Terrenos da Desigualdade, da Oxfam (2016).*

7 *Ver: Hoffman, no texto A Distribuição da Posse da Terra no Brasil, com Resultados Preliminares para 2017 (2019) e A Distribuição da Posse de Terra no Brasil (1985-2017) (2020).*

8 *Quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de terras.*

9 *Agência Pública. O Agro é branco. 2019.*

10 *Mapbiomas. Relatório Anual de Desmatamento 2022. São Paulo, Brasil: Mapbiomas, 2023.*

11 *Com 300 membros em uma casa de 513, a FPA corresponde a 58% da Câmara. No Senado, possuem 47 (58%). Ver: Souza, H. PL compõe ¼ da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados. De olho nos ruralistas (2023).*

Tecnologia e pacto pelo desenvolvimento: como a agricultura pode se beneficiar das inovações disruptivas

Maria Lucia Falcón*

■ O Brasil inicia 2023 com muita esperança pois há um novo governo que, congregando forças de centro e de esquerda no espectro político, se dispôs a buscar caminhos para a reconstrução do país, tão devastado pela pandemia da Covid-19 quanto pela intolerância política. Existem outros desafios na geopolítica, envolvendo disputas globais pela hegemonia tecnológica e produtiva e por recursos naturais, hoje ameaçados pelas mudanças climáticas.

O Brasil e seu novo governo precisam buscar programas inovadores e coerentes para responder a todos esses desafios e ainda serem capazes de consolidar um projeto de nação. Alguns elementos estruturantes da nova economia e da nova sociedade já estão claramente desenhados em diversos planos estratégicos de países desenvolvidos¹, lançados para guiar a retomada após a pandemia.

Destacam-se políticas industriais e de infraestrutura voltadas para: a) a transição da matriz energética para fontes limpas não emissoras de gases efeito estufa ou GEE (eólica, solar e hídrica, principalmente); b) infraestrutura para a digitalização da economia e sua regulação, inclusive as normas para regular a operação das plataformas *big tech* e seus sistemas de Inteligência Artificial; c) reformas nos sistemas educacionais para formar profissionais de diversos níveis em novas atividades e cargos decorrentes das duas primeiras transformações; d) reforma na gestão pública e nos sistemas políticos e constitucionais (como a Carta de Direitos Digitais da Espanha, lançada em 2021) para que o Estado possa servir e proteger a sociedade diante das novas tecnologias disruptivas.



Na Agricultura, que respondeu por 8% do PIB em 2021, o Brasil se caracteriza pela convivência nem sempre pacífica entre dois modelos de negócio. Por um lado, temos o agronegócio exportador, organizado em grandes empresas e grandes propriedades, componentes de cadeias produtivas dominadas por multinacionais, tanto para trás (insumos de mais complexidade tecnológica como química, máquinas e equipamentos, bioeconomia etc.) quanto para a frente (exporta-se *commodities* de baixo valor agregado). Em 2021 o Brasil participava² com 1,31% das exportações mundiais, e esse percentual subia para 5,2% quando se tratava das exportações mundiais de alimentos, contra apenas 0,43% das exportações de produtos industriais. Nosso maior comprador é a China, com 31,3%³ das vendas, seguida pela União Europeia com 13,5% e pelos EUA com 11,1%. As exigências desses compradores estão aumentando no que diz respeito aos critérios de vigilância sanitária (como os recentes pactos do *One Health* da OMS) e compromissos com a questão ambiental.

Por outro lado, temos a agricultura familiar, com 77% dos estabelecimentos⁴ e com 10 milhões de pessoas empregadas, respondendo por 23% do valor da produção. Ocupando área de 23% do total dos estabelecimentos, de pequena e média escala produtiva, em geral com pequenas propriedades, com pouco valor agregado, a agricultura familiar tem sido fundamental para gerar empregos/ocupação e atender ao mercado interno de alimentos. Na verdade, os dois modelos estão sob risco, necessitando uma reestruturação para: 1) aumentar a resiliência às mudanças climáticas; 2) elevar o valor da produção, oferecendo produtos de melhor qualidade e com mais valor agregado, tanto para exportar quanto para abastecer o mercado interno.

Onde estaria a agenda positiva, de convergência de interesses entre ambos os sistemas produtivos da Agricultura brasileira? Em primeiro lugar, todos necessitam de investimentos em geração própria de energia de fonte limpa, reduzindo não somente um dos maiores custos de produção – a conta de energia – que impede uso de máquinas e equipamentos, irrigação, beneficiamento e agregação de valor à produção – como também seria extremamente importante na redução da emissão de GEE, ou seja, reduzindo a pegada ecológica do setor. Da mesma maneira, a gestão da água – elemento crítico para a produção da agricultura – com as mudanças climáticas exigirá também investimentos para garantir seu abastecimento e reuso.

Em segundo lugar, com a Internet das Coisas (IoT) e a agricultura de precisão, todos necessitam estar conectados na internet, tanto para receber informações – da meteorologia à assistência técnica, passando pelo mercado financeiro – quanto para gerir seu negócio, agilizar vendas a melhores preços em mercados diversificados e em *marketplaces* digitais.

Em terceiro lugar, todos necessitam urgentemente de educação profissional e formação de trabalhadores aptos a operar os novos sistemas de produção e comercialização, obtenção de selos e certificados de origem e qualidade (por exemplo, madeira de origem lícita, feijão sem agrotóxico, chocolate orgânico). Em quarto lugar, desburocratizar o sistema financeiro, utilizando as imensas possibilidades que as *fin-techs* oferecem ao financiamento de projetos locais e regionais de investimento, articulando *fundings* não somente no país, mas no mundo, e adotando critérios ESG⁵ para valorar tais projetos. Por fim, em quinto lugar, mas não menos importante, a desburocratização e digitalização da regulação e controle dos produtos da agricultura, automatizando processos, adotando processos remotos e abrindo mercados com segurança para o consumidor.



Para um planejamento que conduza o país de maneira pactuada a um porto seguro, diante dessas transformações e das demandas de investimento, creio que o fórum ideal já existe – o Conselho Nacional de Desenvolvimento. No entanto, os ministérios precisam utilizar de forma integrada e coordenada instrumentos para planejar a política industrial, de CT&I (ciência, tecnologia e inovação), de educação e de financiamento. O uso integrado desses instrumentos permite olhar e compreender a produção e distribuição social da riqueza em, pelo menos, 3 dimensões: a economia, a geografia e a sociologia (instituições e cultura, relações de cooperação e competição).

Quais seriam esses instrumentos? Dentre muitos atualmente disponíveis, considero importantes: A) a Matriz de Insumo-Produto⁶ ou de relações intersetoriais, que permite o cálculo dos grandes agregados macroeconômicos desde o PIB e a distribuição da renda entre salário e lucro, pois podemos aprofundar a estrutura produtiva (dada a tecnologia) e priorizar investimentos em setores importantes para o conjunto da economia do país; a matriz IP pode ser calculada por estados, regiões e setores e arranjos produtivos mais detalhados, ajudando na decisão de investimentos e solução de gargalos. B) analisar os fluxos econômicos e sociais através da Rede de Cidades, com sua hierarquia de distribuição de pessoas, informações, serviços, mercadorias e decisões, planejando sua melhoria e abastecimento/logística mais eficiente; C) organizar e financiar os novos investimentos conforme os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos locais/regionais (Aspil), capazes de dar conta da cooperação produtiva até mesmo entre empreendimentos de porte di-

verso e apoiado por instituições de ensino e pesquisa, fomento, comercialização etc., já conforme critérios de respeito ambiental e modernidade tecnológica. Os Aspil são o instrumento adequado para mobilizar as capacidades sociais e os conhecimentos (tácitos e codificados) necessários ao desenvolvimento territorial e regional.

Assim, as decisões de investimento em modernização tecnológica e sustentabilidade ambiental na Agricultura seriam fortes e consistentes, promovendo o crescimento do valor da produção, a inclusão e justiça social, a qualidade de vida e a competitividade – em outras palavras, resiliência e desenvolvimento.

** É professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe/Propec e pesquisadora da RedeSist/UFRJ. Foi pesquisadora convidada da Universidade de Santiago de Compostela/Espanha (2019 a 2021); superintendente de desenvolvimento econômico da SDE/BA (2018); presidente do Incra (2015-2016); e assessora da Presidência do BNDES (2014-2015).*

1 Ver análise em CASSIOLATO, J E, FALCON, M.L de O. et SZAPIRO, M. Estado no Século XXI: reflexões sobre estratégias, políticas de desenvolvimento produtivo e inovativo e impactos para o CEIS a partir da experiência internacional in GADELHA, C.G. et al. Saúde é desenvolvimento: o complexo econômico-industrial da saúde como opção estratégica nacional. Rio de Janeiro: Fiocruz – CEE, 2022. Pp 32-47 Acesso em <http://livrosaudeedesenvolvimento.com.br/>

2 Segundo dados da OMC-Data, recompilados pelo Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI (Unicamp/UFRJ), no trabalho 27 anos de economia brasileira (2022).

3 2021, dados da COMEXTAT-MDIC.

4 Censo Agropecuário 2017/IBGE.

5 Environmental, Social and Governance (em português, Ambientais, Sociais e de Governança).

6 Além da Matriz Brasil do IBGE, diversos estados brasileiros já criaram sua Matriz IP, como Bahia e Goiás, houve um esforço do Banco do Nordeste para uma matriz regional e recentemente a Cepal elaborou uma matriz para a América Latina.

Agronegócio: um debate fora de foco?

Flavio Bolliger¹

■ Já há anos, o debate público a respeito do agronegócio vem ocorrendo com ênfase especial em temas como os aspectos econômicos e os impactos sociais do setor; a priorização do uso da terra para produção de *commodities* (no lugar de alimentos para a população); a reprimarização das exportações; a baixa geração de emprego; a concentração de renda; os danos ambientais, como desmatamento, contaminação dos rios e solos, queimadas; e a pressão internacional.

As questões relacionadas são, claro, pertinentes e requerem reflexão e crítica. A rigor são esses os pontos principais que têm pautado o debate público sobre o setor, já faz algum tempo. Uma primeira indagação que cabe propor, contudo, é sobre se esse enquadramento do problema dá conta de fazer avançar os esforços críticos a esse modelo produtivo para um desenvolvimento mais salutar.



Trata-se, então, de apontar o que parecem ser equívocos, fatores secundários ou acessórios e propor algumas ideias em torno das quais o debate sobre o agronegócio no Brasil poderia se articular. O quadro geral de referência privilegiará alguns postulados básicos associados ao funcionamento do modo de produção capitalista, nos marcos da sociedade contemporânea; especialmente, o primado da valorização do capital associado ao avanço da deterioração do trabalho como forma de sociabilização.

Para tanto, de início, tomaremos o termo “agronegócio” com as duas acepções com que a atividade tem sido dicotomicamente caracterizada. Por um lado, o setor é celebrado como moderno, profissional, pujante, virtuoso; ainda que, em larga escala, se apoie em modos de exploração considerados predatórios. Por outro, é também associado a explorações tradicionais, retrógradas e tido como intrinsecamente destruidor e explorador, em contraste com uma “agricultura familiar” considerada saudável, benfazeja e um meio de vida virtuosamente voltado ao autoconsumo e à produção excedente de alimentos de forma sustentável, desconsiderando que, em grande parte, tem caráter eminentemente comercial e também acumula um passivo de danos ambientais.

Assim é que a questão que propusemos – sobre se o debate a respeito do agronegócio na atualidade está fora de foco – pode ser respondida afirmativa e negativamente.

Sim, o debate pode estar fora de foco, quando, do ponto de vista econômico (ou conceitual), se opõe agronegócio à produção de alimentos. Isso, em primeiro lugar, porque a maior parte da produção pelo setor é de alimentos, com destaque para a sua estrela, a soja. A bem da verdade, contudo, o argumento tem alguma validade. São, por exemplo, os casos das produções de cana-de-açúcar para etanol e a de algodão. A tese, contudo, se enfraquece, quando levado em conta o caráter mais sustentável do álcool combustível em relação aos combustíveis fósseis. No caso do algodão, contribui o fato de servir à produção de bens igualmente básicos, como vestuário.

Ainda mais discutível é situar essa oposição como um problema decorrente das decisões sobre destinação e uso da terra. Tanto por pressupor que a terra agrícola em nosso país seja um recurso escasso, que não é fato, quanto por se considerar que o setor prefere privilegiar a produção de *commodities* de exportação no lugar da produção de alimentos para a população.

O fato é que o capital não se ocupa propriamente de produzir tal ou qual mercadoria. Se ocupa em produzir mais valor. O agronegócio cultivaria, feliz, mais produtos alimentares para o mercado interno, caso houvesse mais demanda. A orientação para *commodities* de exportação se enquadra nesse contexto. É a demanda, o gasto de terceiros

que determina as decisões de investimento e a expansão dos diferentes ramos de produção.

Enfim, em essência, o núcleo do problema não está na destinação dada às terras. A questão principal está no nível de renda da população. Ressalve-se, naturalmente, que um dos fatores para instituir e manter o baixo nível de renda da maior parte da população é a má (e aqui também no sentido de perversa) distribuição de terras, no que o Brasil é um notório destaque. Nesse aspecto, é obrigatória a crítica ao agronegócio, uma vez que promove, sustenta e, enfim, defende a concentração de terras em suas mãos. Ademais, exerce enorme influência para o agravamento desse quadro o fato de o trabalho não passar de uma base miserável para a socialização e associabilidade. Na atualidade, essa velha e conhecida contradição que encerra nossas sociedades tende ao aprofundamento, sobretudo no cenário irresistível de crescente automação dos processos de produção².

Do ponto de vista da crítica política ao agronegócio, contudo, o debate não está fora de foco. Tem a nitidez dos fatos como eles são. As contraposições e questionamentos ao setor se sustentam quando opõem o agronegócio aos interesses da imensa maioria da população. O alinhamento do setor com os interesses das classes dominantes transparece, inquestionável, na resistência que opõe à melhoria essencial das condições de trabalho; à elevação do nível de remuneração dos trabalhadores; às políticas públicas de distribuição de terras; à revisão dos privilégios tributários de que gozam.



Outra crítica pertinente diz respeito aos processos de produção prevalentes no agronegócio. É insofismável o desrespeito às necessidades e exigências ambientais promovido pelos padrões e tecnologias de cultivo adotados pelo setor. Desconsiderando as alternativas, os modos e meios sustentáveis, o agronegócio utiliza extensas áreas de monocultura, a aplicação intensiva de agroquímicos, a derrubada e a exploração predatória de matas para ampliação de pastagens e áreas de cultivo, sabidamente perniciosas e desnecessárias.

Mais que nunca, vale lembrar do legado que nos foi deixado, há 200 anos, por José Bonifácio de Andrada e Silva, que apontava a existência de "...terras já abertas e livres de mattos, que jazem abandonadas como maninhas"; que, caso aproveitadas, "...as nossas mattas... não seriam destruídas pelo machado..."³⁴. Isso a começar pela fronteira interna representada pelas terras mantidas subutilizadas para especulação e pastagens degradadas e aquelas que podem tornar-se disponíveis pela intensificação pecuária.

O aperfeiçoamento do modelo de exploração agrária e do padrão de desenvolvimento rural pode ser alcançado, de um lado, por meio de ações voltadas para contra-arrestar a concentração de terras; para coibir o trabalho agropecuário degradante; apoiar a pequena agricultura; estimular o associativismo, o cooperativismo e sistemas de produção coletiva. De outro lado, é imperativo coibir o desmatamento e promover tecnologias agropecuárias mais sustentáveis; ações essas, todas, plenamente absorvíveis pelo agronegócio, mormente o mais moderno e profissional. Vale, ainda, salientar que não é exequível ou mesmo desejável conter o avanço da mecanização e automação dos processos de produção agropecuária. O importante e decisivo é garantir a todos os produtores os meios de acesso a tais recursos e inovações. Nesse contexto, seria importante garantir orientação da Embrapa e congêneres no sentido de promover *downsizing* e a adaptação de equipamentos e tecnologias em soluções ao alcance de pequenos produtores.

Por fim, no que se refere aos níveis de emprego e renda através do gasto e do investimento, cabe o registro da contribuição continuada da agropecuária e do agronegócio em particular, em movimento autônomo e bem mais significativo que outros ramos da atividade. É certo, no entanto, que não se pode fiar em absoluto na iniciativa privada em geral para garantir uma taxa de investimento que leve a um dinamismo consistente de nossa economia. As ações de investimento e coordenação estratégica pelo Estado, por certo, têm papel crucial, ainda que dificilmente sejam bastantes para equacionar satisfatoriamente o problema da geração de empregos, em especial, do emprego assalariado e menos ainda aquele bem remunerado.

Assim, parece que o caminho mais efetivo para a disponibilidade e acesso ao alimento para a população, bem como para promover a justiça e a equidade nas relações de trabalho, passa necessariamente pela instituição da renda básica e em níveis generosos.

Referências

- Brazil. (1927). Recenseamento do Brazil: realizado em 1 de setembro de 1920: agricultura / Directoria Geral de Estatística. – Rio de Janeiro: Typ. da Estatística. 1927. Censo/v.3 pt.3. 367, [6]p.*
- Hoffmann, Rodolfo. (2015). A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? Segurança Alimentar e Nutricional. 13. 417. 10.20396/san.v21i1.1386*
- Pádua, José Augusto. (2000). A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. Outubro de 2000. Revista Brasileira de Ciências Sociais 15(44):119-142.*
- Tavares, Maria da Conceição. (1998). Ciclo e Crise: movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, SP: Unicamp. IE. (30 Anos de Economia – Unicamp).*

** É doutor em Economia pela Unicamp e consultor em estatística agropecuária. Trabalhou na Ipardes/PR, Seade/SP e foi coordenador de Agropecuária no IBGE e estatístico sênior na FAO/ONU.*

1 O autor agradece a João Eduardo Fonseca pela revisão do texto original.

2 A propósito ver Tavares, 1998; em especial, o genial capítulo 2.

3 SERVIÇO de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais. Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil-1910, pags. 50 e 51. Citado por Bulhões de Carvalho na introdução ao primeiro recenseamento da agricultura do Brasil (Brazil, 1927, p. XV).

4 Para o precioso legado de José Bonifácio relacionado com o tema ver Pádua, 2000.



O Brasil rural que queremos e o combate à especulação fundiária

Carlos Mário Guedes de Guedes*

■ Em 2022, o preço da terra no Brasil aumentou em média 40% em 12 meses¹. A inflação no período foi de 5,03% (IGP-DI/FGV). O Incra confirma essa tendência: em 2022 o hectare chegou a R\$ 100 mil! Sintoma de prosperidade ou especulação?

O Censo Agropecuário de 2017 demonstra um cenário de estabilidade na estrutura fundiária², mas de expansão agrícola na Amazônia e Cerrado/Matopiba³. A análise via Produtividade Total dos Fatores (PTF) confirma que novas regiões despontam com ganhos de produção e produtividade, em comparação às regiões de produção consolidadas⁴. A expansão que combina ganhos produtivos e especulativos e gera superávits comerciais ao país também está produzindo supervalorização do preço da terra.



Essa expansão tem características de classe e atinge sobremaneira territórios tradicionais: uma nova reprodução econômica é rapidamente engendrada, gerando superlucros a partir de mão de obra e terra baratas. Uns interesses de corporações rurais e grandes proprietários de terras, que valorizam o patrimônio sem necessariamente produzir. Análise feita pelo Grupo de Políticas Públicas da Esalq⁵ identificou características de estabelecimentos agropecuários com área acima de 500 hectares. Em 2.713 municípios, estabelecimentos que respondem por 49% do Valor Bruto da Produção (VBP) convivem com estabelecimentos que, apesar de deterem 25% da área total do Brasil, respondem por apenas 1% do VBP! O ogro e o agro são vizinhos de porteira! A expansão conta com financiamento público e conexão direta com o mercado financeiro. A criação do Fiagro em 2020⁶ é um exemplo. Começou em 2021 com uma carteira de R\$ 3 bilhões para compra de recebíveis e direitos creditórios, ativos e terras. Em junho de 2023, o valor patrimonial nesses fundos chegou a R\$ 14,5 bilhões; 75% estão carimbados para compra de terras⁷.

No rastro da expansão estão os conflitos sobre áreas protegidas – terras indígenas e unidades de conservação – em comunidades tradicionais ou de agricultura familiar, que vão perdendo territórios pela venda ou “na marra”. O último relatório da Comissão Pastoral da Terra⁸ indica aumento de conflito por terra nessas populações.

O impacto não se limita às ocupações tradicionais e originárias. Agricultores familiares e médios plantadores de *commodities* têm perdas competitivas. Os efeitos climáticos já são sentidos e tornam a atividade mais vulnerável.

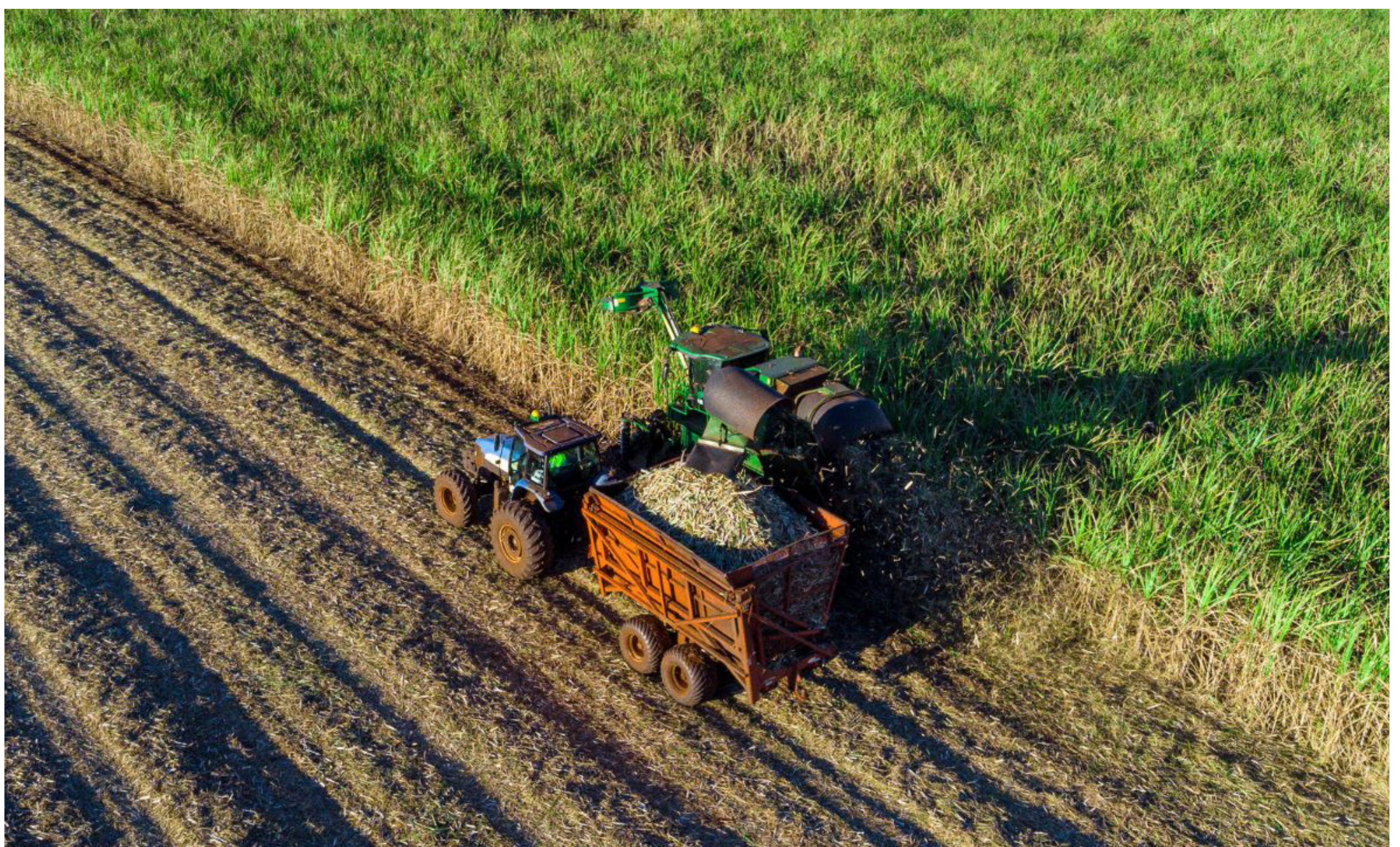
A valorização do preço da terra combinada com a alta liquidez da exportação abrem portas para o agricultor, como acesso a crédito. Mas a rentabilidade líquida e as condições de autonomia produtiva estão cada vez mais comprometidas. Ao agricultor resta tentar ampliar a produção e produtividade via endividamento, aumentando a autoexploração ou a área plantada, em contradição com as normas ambientais. Os agricultores que produzem alimentos para abastecimento interno também são afetados. A desconexão entre o resultado do trabalho e a valorização da terra, combinada com o envelhecimento dos responsáveis pela propriedade e saída dos jovens, pode resultar em três diferentes caminhos: migração para atividades que garantam maior liquidez, como trocar feijão por soja; “desativação” da propriedade⁹ ou mesmo venda do patrimônio. As três possibilidades resultam em perda para a agricultura familiar e retroalimentam a espiral concentradora de produção, riqueza e terra.

Tais arranjos e conflitos se manifestam com particularidades nos diferentes territórios. As assimetrias de dois circuitos de produção e renda caracterizam a hegemonia que transcende a dimensão econômica¹⁰. Um circuito é patrocinado pelo rural corporativo em aliança com o rural patrimonialista e o outro, formado por afetados pelo esquema hegemônico. A valorização do preço da terra e a apropriação e transformação de regimes de reprodução socioeconômica simples por um esquema industrial conectado ao mercado financeiro estão ampliando a distância entre os dois circuitos.

A primeira tarefa na construção de um contraponto é entender com quem se deve construir alternativas, quem precisa ser convencido do problema e, a partir disso, pensar em novos caminhos de afirmação do Brasil rural necessário.

O economista Ernest Mandel diz que os trabalhadores medem seu bem-estar não apenas pelo retorno material e financeiro do fruto do seu trabalho. Segundo Mandel, o bem-estar resulta da combinação de duas relações, aos seus olhos e consciência¹¹. A primeira é a relação entre seu esforço individual e as melhorias no seu cotidiano e o conforto que garante para sua família e próximos. A segunda é aquilo que ele denominou de “taxa de moralidade e/ou justiça social”, que resulta da relação do esforço cidadão e as mudanças geradas sobre o grau de desigualdade, amplitude dos privilégios e o arbítrio na sociedade. Mandel refletia que, quanto piores essas taxas, mais difícil seria mobilizar os trabalhadores para uma ação comum, levando-os para redução do esforço produtivo, para alienação e desalento.

No Brasil rural são perceptíveis tais comportamentos. Pessoas angustiadas, bombardeadas pelo WhatsApp e Telegram, se tornam alvo fácil para



a extrema direita. Cada vez menos, as famílias buscam alianças e identidades entre quem vive do trabalho; se referenciam em figuras que tiram vantagem do esforço do trabalho familiar e comunal para legitimar apropriação de terras e especulação.

É necessário construir uma ampla aliança da maioria da população rural diretamente afetada pela especulação, envolvendo também consumidores conscientes e organizações da sociedade civil em defesa do meio ambiente e contra as mudanças climáticas. A construção de uma agenda de coexistência de modelos de vida e produção, reduzindo as distâncias entre os dois circuitos de produção e renda. Ponto em comum: combater a especulação fundiária!

Essa agenda justifica a existência do MDA e atualiza o papel do Incra. O ministério deve ser a voz de quem perde espaço e terra e coordenar mecanismos de regulação e fomento, com consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Emergência Climática. O MDA e o Incra podem liderar uma agenda de Governança da Terra e Reforma Agrária que avance na regulação e combata a especulação, que combine limite do tamanho da propriedade, tributação e execução de dispositivos previstos na Constituição.

A efetividade do Imposto Territorial Rural e o fim da isenção de impostos para aquisição de terras via Fiagro são exemplos na área tributária. No caso do ITR, a não atualização dos valores dos preços de terra e dos índices de produtividade impõem à sociedade uma renúncia fiscal anual estimada em R\$ 10 bilhões, incorrendo em descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal¹².

A Constituição é clara em exigir o cumprimento da função social da terra. Quem não é eficiente economicamente, desmata, polui e compromete a biodiversidade, quem trata trabalhadores de forma análoga à escravidão, não se preocupa com o bem-estar na propriedade ou perto dela deve ser penalizado. As empresas rurais que defendem investimentos ESG¹³ deveriam ser as primeiras a aderir ao esforço regulatório.

No fomento o mote é garantir renda e bem-estar para as famílias e sucessores, aos seus olhos e consciência. Um trabalho que gere acesso à vida digna, voltado à agroecologia e sistemas sustentáveis de produção, e que reduza a vulnerabilidade das comunidades à especulação fundiária. O MDA tem políticas bem-sucedidas que precisam ser aprimoradas e implantadas em escala.

Este esforço deve ser combinado ao limite à expansão especulativa e à concentração fundiária. Essa é a tarefa desta geração para entregarmos um Brasil rural com gente e biodiversidade para as próximas gerações.

* É mestre em Desenvolvimento Rural pela Ufrgs e analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra. Foi presidente do Incra de julho de 2012 a março de 2015.

1 Relatório sobre o mercado de terras de dezembro de 2022 da S&P Consultant. Ver em <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/ci/products/agribusiness-brazil-portuguese.html>

2 Sobre isso, ver exposição de Hoffmann para o Ipea em https://www.youtube.com/watch?v=98CbwdO_7bk

3 Matopiba é um acrônimo que denomina uma região de Cerrado em quatro estados do Brasil: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

4 Ver Gasques (2022) em Ipea https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11199/1/td_2764.pdf

5 Análise territorial das dinâmicas recentes no rural brasileiro: em busca da formulação de novas orientações para as ações de assistência técnica e extensão rural – Ater e Outras políticas públicas – Resumo Executivo. Brasília, 2017

6 Ver Lei n. 13.986/20. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13986.htm

7 Ver em Portal de Dados Abertos CVM <https://dados.cvm.gov.br/dataset/fi-cad>

8 Ver CPT <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

9 Ver em Schneider e outros (Gepad/PGDR/Ufrgs), 2021.

10 Duas definições extraídas de Miton Santos (1996, 2004). Os “territórios usados” e os “circuitos superior e inferior de produção e renda” que foram concebidos para relações urbanas são aqui adaptados para a realidade rural.

11 Mandel (1990, pg. 136-137).

12 Ver estudo em <https://escolhas.org/imposto-da-terra-cobertura-seminario-lancamento-estudo-itr/>

13 <https://exame.com/esg/o-que-e-esg-a-sigla-que-virou-sinonimo-de-sustentabilidade/>



O que o PIB não mede, a população sente: breves comentários sobre o agronegócio brasileiro

Maria Gabriela Podcameni *

Maria Cecília Lustosa **

■ No início de junho, a notícia de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4% no primeiro trimestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2022, certamente deixou os economistas radiantes. Essa alta foi explicada pelo excelente desempenho da agropecuária, com crescimento anual de 21,6%, enquanto os outros setores não chegaram a 1%, sendo que alguns tiveram a taxa de crescimento negativa. O maior contribuinte para esse crescimento foi o cultivo da soja, que obteve ganhos de produtividade e crescimento da produção anual estimado em 24,7%¹. Nesse mesmo ano, o Brasil foi o maior exportador mundial de soja e o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) afirmou “... que as plantações brasileiras alimentam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo”² e que a soja é a principal *commodity* agrícola do Brasil.

Porém, diante de alguns dos grandes desafios desse século – reduzir a emissão de gases do efeito estufa e alimentar a crescente população mundial de forma saudável e ambientalmente amigável –, o agronegócio brasileiro, baseado nas exportações de *commodities*, infelizmente não possui as condições necessárias e suficientes para dar conta desses desafios e dos impactos ambientais locais que causa. Ademais, é necessário examinar com cautela os dados e perceber o que o crescimento numérico do PIB esconde.

O importante saldo positivo na balança comercial e a entrada de divisas no país não contam toda a história. Os saldos comerciais negativos a montante das cadeias produtivas, que ocorrem em razão das



Maria Gabriela Podcameni

consideráveis importações de fertilizantes, não são incluídos no cálculo das exportações líquidas do agronegócio³, por exemplo. Outros “custos escondidos” são as diversas externalidades negativas associadas à produção de grandes cultivos de monoculturas. No caso do Brasil, as extensas plantações colocaram o país no primeiro lugar do consumo de agrotóxicos no mundo. Três cultivos utilizaram 82% do consumo de agrotóxicos no Brasil em 2015 – soja (63%), milho (13%) e cana-de-açúcar (5%) – e ocuparam conjuntamente 76% da área plantada, que se concentram maioritariamente no Cerrado. Os impactos do uso de agrotóxicos sobre os indicadores de saúde, como intoxicações agudas, incidência de malformação fetal e mortalidade por câncer infanto-juvenil, são recorrentemente confirmados em diversos estudos, tornando-se um problema de saúde pública⁴. Além de envolverem graves questões éticas, os impactos da saúde, principalmente nos trabalhadores e populações do entorno, também representam um custo social importante com sobrecarga dos hospitais. Da mesma forma, tem-se o impacto na vida dos animais no entorno, assim como desgaste do solo e contaminação dos corpos hídricos. Logo, é crucial avançar metodologicamente e incluir os custos das externalidades nos números apresentados à sociedade. Apenas desta



Maria Cecília Lustosa

forma, ficarão claras as situações que tratam de concentração dos lucros na esfera privada e socialização dos prejuízos, por meio das externalidades negativas.

Um dos principais argumentos a favor do agronegócio é a sua contribuição no combate à fome e para a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população mundial. Mas também temos alguns números escondidos nesta equação que valem ser mencionados. No Brasil, a agricultura familiar e pequenos produtores são os atores essenciais para o abastecimento do mercado interno e para o próprio consumo. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), a agricultura familiar possui participação relevante na cesta básica de alimentos dos brasileiros – 48% do valor da produção de café e banana; 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão –, além de ser responsável por 77% dos estabelecimentos agropecuários e por somente 23% da área plantada.

Atualmente, concomitantemente aos dados superavitários do agronegócio, estamos enfrentando uma escalada da crise de fome e subnutrição no mundo e no Brasil. Em 2022, tínhamos mais de 345 milhões de pessoas com altos níveis de insegurança alimentar, mais do que o dobro de 2020⁵; no Brasil, 33,1 milhões de pessoas passaram fome e 58,7%

da população estão sofrendo com insegurança alimentar em diferentes graus⁶. Este dado é ainda mais chocante por acontecer no “celeiro do mundo”. Logo, o combate à fome e a garantia da SAN passam necessariamente por políticas que fomentem acesso, fortalecimento da agricultura familiar e recriação de instituições importantes, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Apesar disto, uma parcela do agronegócio e de entidades a ele associadas argumentam erroneamente que, diante do aumento população mundial e da necessidade de ampliar a produção alimentar, é necessário expandir as terras usadas pelo agronegócio como forma de combater a fome. Desta forma, intensificaram a pressão pelo fim das demarcações de Terras Indígenas, do reconhecimento de territórios tradicionais e das Unidades de Conservação⁷. Este movimento ganhou mais força a partir de 2013 e se encontra extremamente forte até os dias atuais. Assim, baseado em uma narrativa distorcida sobre o combate à fome, os povos originários e a natureza estão sendo destruídos.

Porém, felizmente, esta não é a realidade de todos os produtores exportadores. O fato de o Brasil ser um país continental, com capacitações científicas e tecnológicas na produção de sistemas alimentares, é uma oportunidade para se tornar líder na produção de alimentos e práticas agropecuárias saudáveis. Mas para aproveitar esta oportunidade é necessário um amplo conjunto de políticas públicas que garantam o investimento para conseguirmos realizar a transição ecológica na agricultura. Para tanto, inovações e tecnologias ambientais devem ser desenvolvidas, além da valorização de outras práticas agropecuárias de menor escala, mas que são inclusivas e intensivas em mão de obra, como a produção agroecológica e orgânica, os sistemas agroflorestais, a preservação de sementes crioulas, o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas, a recuperação de nascentes e o uso de bioenergia. Ou seja, é preciso colocar em marcha uma transição tecnológica. Vale ressaltar que toda transição tecnológica possui tensões e disputas. É uma visão ingênua pressupor que ela ocorre de forma natural, como consequência do avanço neutro da ciência. Não, muito pelo contrário, é consequência de projetos políticos que, por meio de inúmeros incentivos e estratégias, estimulam um determinado direcionamento da trajetória científica, tecnológica e produtiva. Mas a seriedade das questões colocadas em torno dos sistemas alimentares e da mudança climática, que em última instância determinam nossa sobrevivência, evidencia uma urgência que requer um empenho político sem precedentes.

É essencial ampliar os esforços para que os incentivos do Estado brasileiro conciliem a produção de alimentos com a preservação ambiental, respeitando a cultura dos povos originários. A existência da Em-

brapa é um importante diferencial que possibilita ao Brasil liderar esta transição. Com 50 anos de existência, esta organização é referência mundial na produção de conhecimento e inovações para os sistemas alimentares nacionais, contribuindo para que o Brasil seja líder em produtividade em diversas *commodities*. A Embrapa tem capacidade de trabalhar na fronteira tecnológica dos sistemas alimentares ambientalmente saudáveis e na difusão de tecnologias para um tipo de agronegócio que respeite o meio ambiente.

O mercado internacional é uma peça fundamental nesta transição, cuja demanda por uma produção agrícola sem agrotóxicos e outros insumos químicos é crescente. O resgate da imagem do Brasil e seu compromisso com os acordos internacionais constitui um incentivo importante para que os grandes produtores exportadores se adequem a esta transição. O país tem a oportunidade de liderar essa transição do agronegócio rumo a um modelo de produção que preserve a vida, respeitando a capacidade de absorção dos ecossistemas.

** É professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pesquisadora da RedeSist/UFRJ.*

*** É professora do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Profnit/UFRJ) e pesquisadora da RedeSist/UFRJ.*



Referências

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>.

PIGNATI, W.A. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Vol. 57, Edição especial – Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p. 175-198, 2021.

1 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37029-pib-cresce-1-9-no-1-trimestre-de-2023>.

2 <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/agroindustria-e-a-principal-responsavel-pela-expansao-da-soja/>.

3 Ver Pompeia e Schneider (2021).

4 Pignati et al. (2017).

5 <https://www.wfp.org/global-hunger-crisis>.

6 Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

7 Pompeia e Schneider (2021).

A volta da reforma agrária

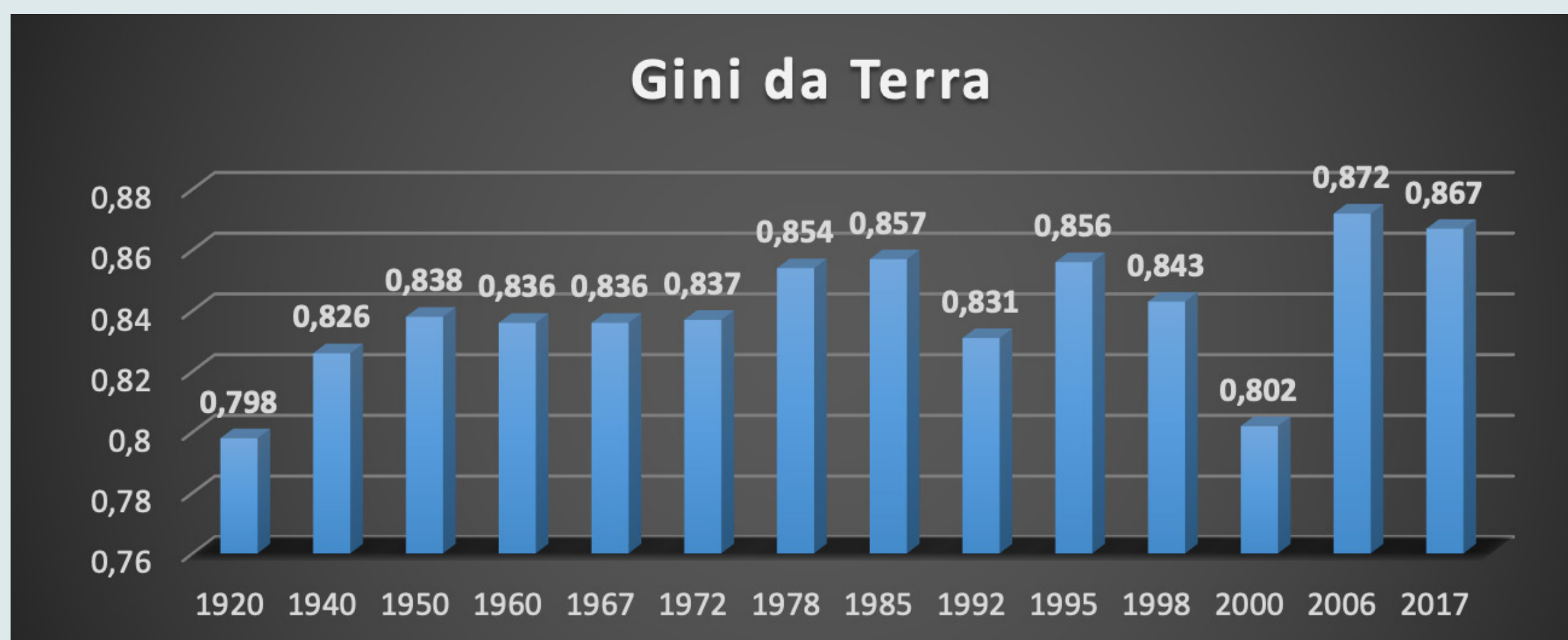
Gustavo Souto de Noronha*

■ Democracia sem justiça social é uma falácia. E justiça social significa distribuição de riqueza. O conceito de eficiência na economia neoclássica é baseado no Ótimo de Pareto, onde não é possível melhorar a situação de alguém sem piorar a situação de outro. No entanto, esse conceito não aborda a equidade social. A desigualdade inerente ao capitalismo sugere que a redistribuição de riqueza é necessária para lidar com as desigualdades iniciais e superar a distopia de uma sociedade extremamente desigual como a brasileira. O tão badalado equilíbrio de mercado só funciona como mecanismo



de justiça social se repensada toda a distribuição inicial de recursos. Isso inclui questionar o direito de herança, implementar impostos sobre grandes fortunas e considerar expropriações, não apenas pela função social da propriedade, mas também para ajustar as dotações iniciais de maneira adequada e alcançar um resultado mais justo e eficiente socialmente. É neste contexto que deve ser pensada a questão agrária no Brasil.

O Brasil inventou, ao longo de sua história, o que chamamos de reforma agrária perene. Se ainda no processo de independência José Bonifácio coloca a democratização do acesso à terra como pauta necessária ao país recém-nascido, a agenda volta na abolição com Joaquim Nabuco. O debate corre o século XX e incendeia o campo brasileiro com as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960; a reforma agrária foi o coração das reformas de base defendidas por João Gou-

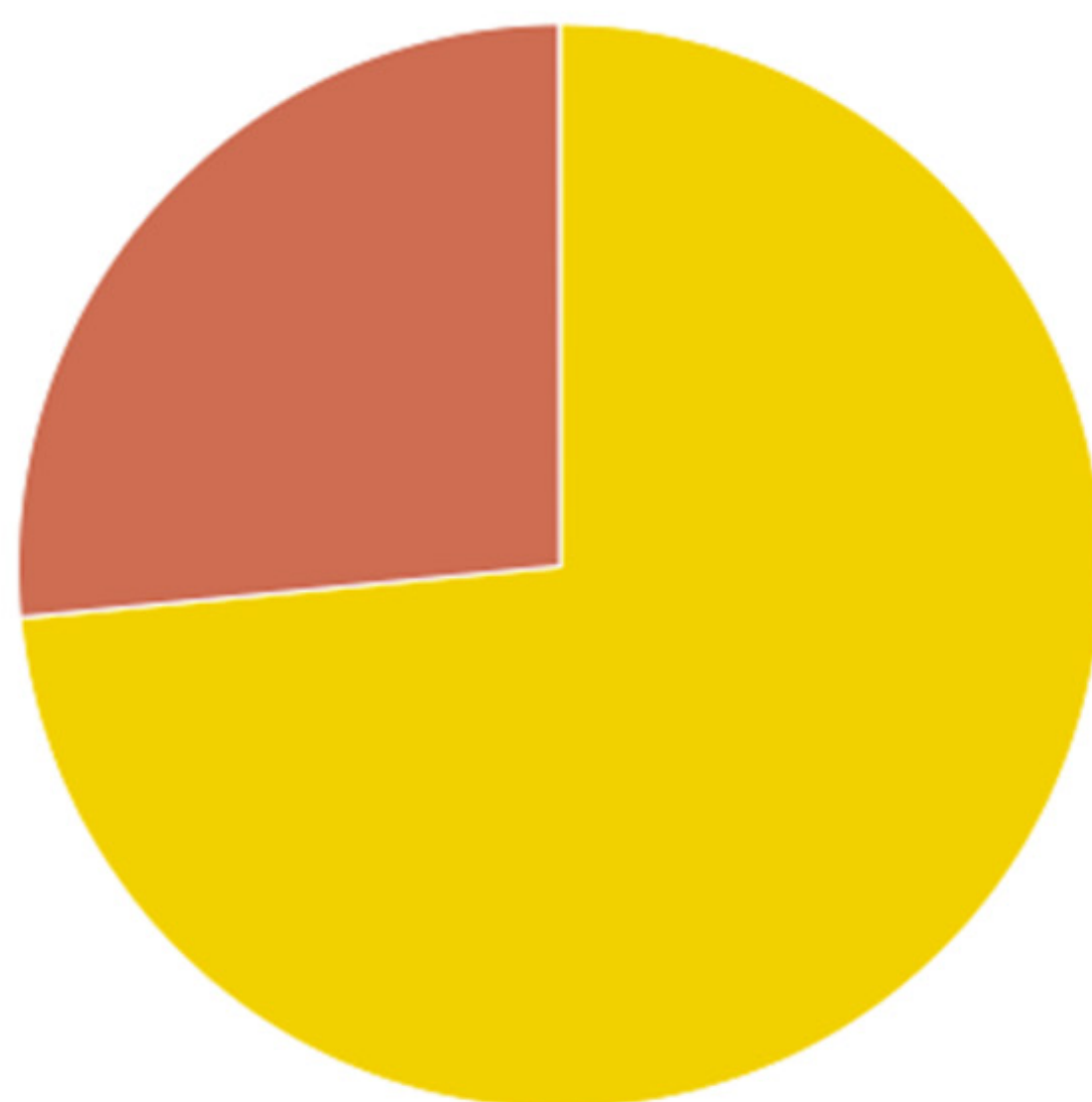


Fonte: IBGE (1920, 1940, 1950, 1960, 1985, 1995, 2006, 2017); Incra (1967, 1972, 1978, 1992, 1998, 2000).

Pessoal ocupado

Parentesco com o produtor

- Com laço de parentesco com o produtor
73% (aprox. 11,1 milhões)
- Sem laço de parentesco com o produtor
27% (aprox. 4 milhões)



Fonte: Censo Agropecuário, 2017

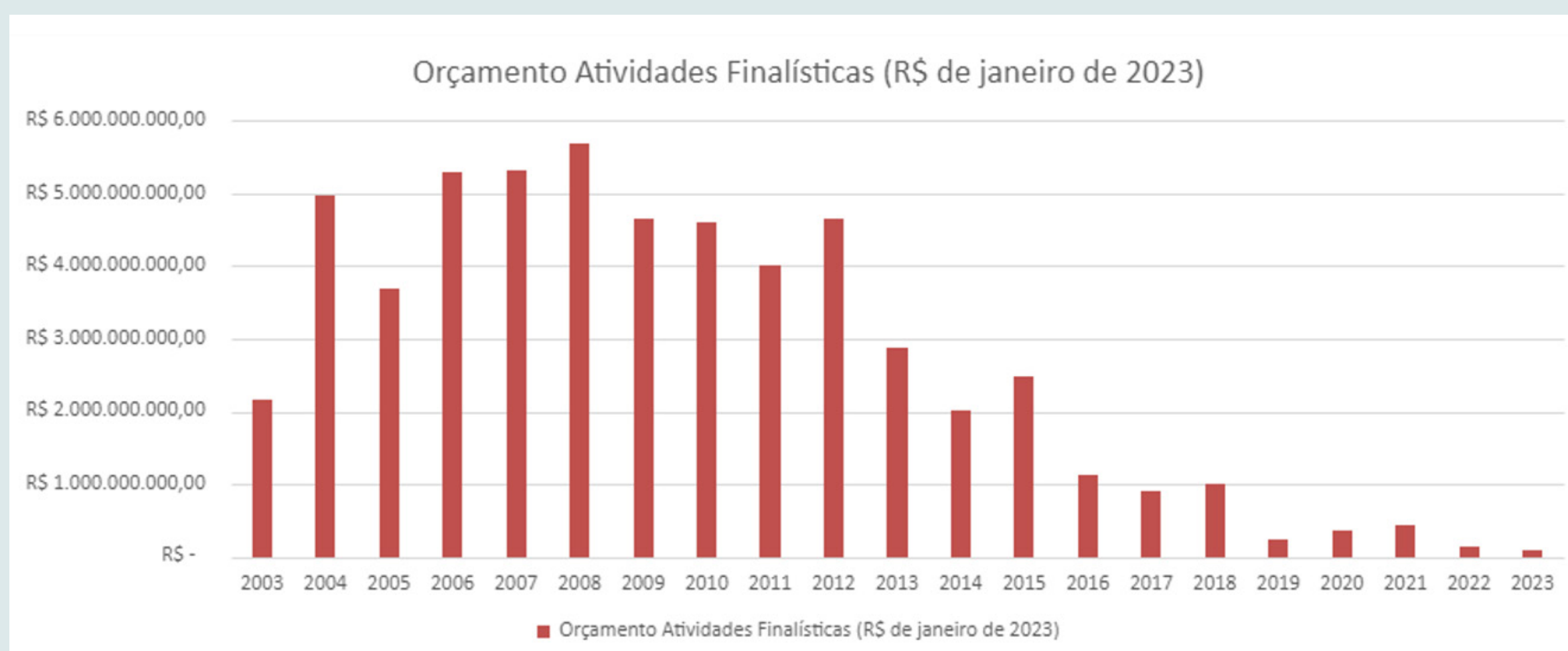


lart, que levaram ao golpe de 1964. E aí entra um triste filme que se repete na história do Brasil: toda vez que mudanças estruturais surgem no horizonte, ainda que de maneira tímida, as velhas elites nacionais desestabilizam e muitas derrubam os governos que as propõem. Não é à toa que a concentração de riqueza que se traduz na concentração de poder é mais cruel no campo. A evolução do índice de Gini da concentração da terra é um triste retrato desta realidade. Uma das consequências mais nefastas da concentração da terra é a concentração do poder político. A chamada bancada ruralista hoje agrega mais da metade da Câmara dos Deputados e sai fortalecida a cada eleição. Seus parlamentares propuseram no último período o desmonte das políticas de regularização de territórios quilombolas e indígenas, tentaram ressignificar o trabalho escravo e foram fundamentais no golpe que depôs a Presidenta Dilma. Esse poder todo alguém imaginaria em um país majoritariamente agrário, mas não é o caso do Brasil, onde 15,28% da população é rural, de acordo com o IBGE (ou 36% em zona rural, considerando a população dos municípios com menos de 50 mil habitantes). A mesma pessoa pode querer argumentar que os ruralistas garantem o emprego aos habitantes do campo brasileiro, mas o gráfico do pessoal ocupado da agricultura a partir dos dados do último censo agropecuário fala por si. Até um teórico do desenvolvimento com uma visão conservadora como Rostow, autor do *Manifesto não comunista*, entendia como condição para o arranco (uma das suas etapas do desenvolvimento) a ruptura com as elites tradicionais. São essas elites que controlam a proprieda-

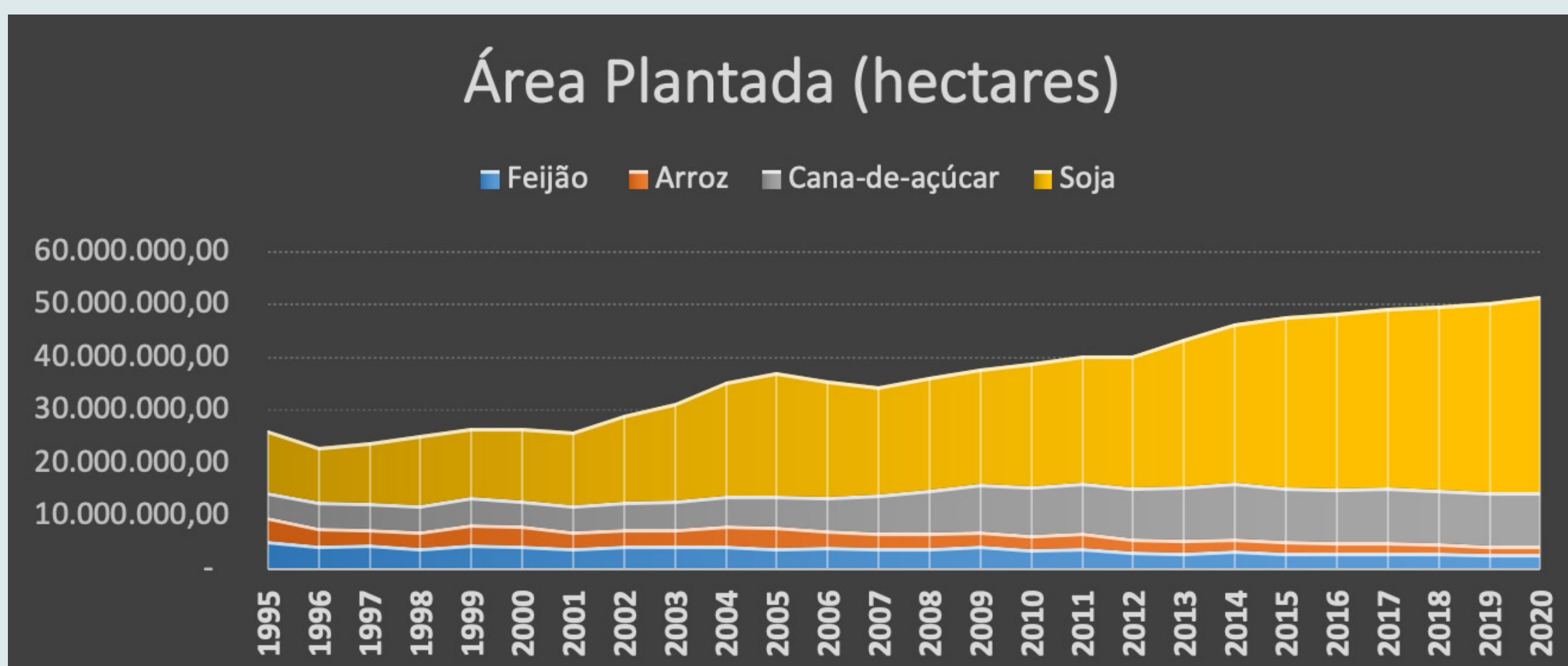
de da terra e somente a reforma agrária pode promover essa ruptura indispensável ao desenvolvimento. Como esse enfrentamento jamais foi feito, ele se manifesta na renitente influência que os setores atrasados do campo mantiveram e mantêm na política brasileira e justamente por isso são a fonte do nosso atraso. Não existe sociedade desenvolvida que em algum momento de sua história não tenha feito algum processo de democratização do acesso à terra.

Importante destacar que o papel da agricultura no desenvolvimento é multifacetado, principalmente se dialogarmos com a visão de Desenvolvimento de Amartya Sen. A agricultura pode impulsionar o crescimento econômico e gerar empregos e renda, além de desempenhar um papel crucial no combate à inflação e no aumento da demanda interna por produtos de alto valor agregado, contribuindo para a geração de divisas internacionais. No aspecto da segurança protetora, a agricultura garante a oferta de alimentos, combatendo a pobreza e a miséria em áreas rurais, bem como pode oferecer alimentos sem contaminação e garantir uma variedade produtiva para assegurar uma diversidade nutricional essencial para a saúde da população.

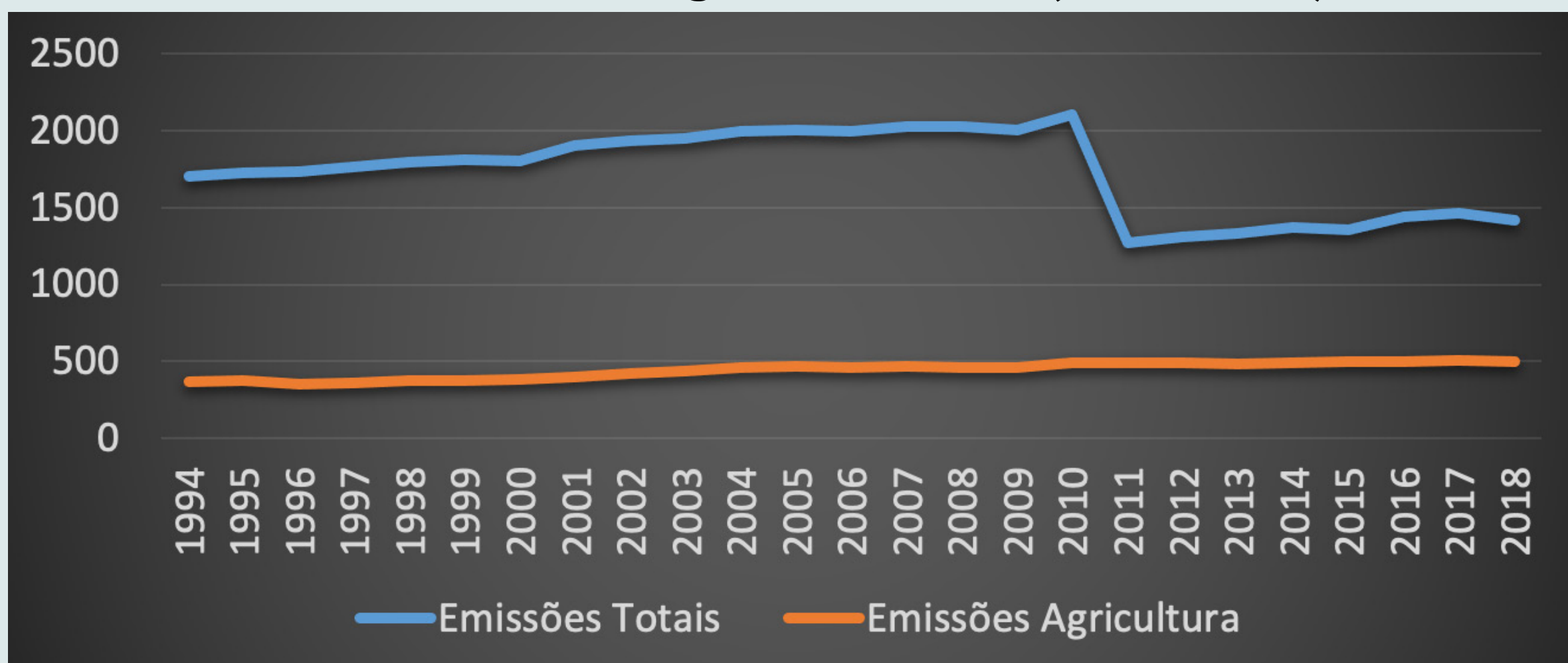
Ela também desempenha um papel fundamental na sustentabilidade ambiental, enfrentando a emergência climática, preservando o meio ambiente e promovendo a recuperação de áreas degradadas. Através de inovações tecnológicas, como a produção sustentável e a transição agroecológica, a agricultura pode contribuir para a preservação dos recursos naturais. Além disso, a agricultura pode aumentar as garantias de transparência ao exigir que a propriedade cumpra sua função social e assegurar à população o consumo informado sobre o uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados. Por fim, como já colocado, a agricultura pode ter seu papel na liberdade política, ao possibilitar uma ruptura com as elites tradicionais e promover uma maior autonomia para os agricultores.



Fonte: Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento / Ministério do Planejamento.



Emissões totais e Emissões da Agricultura, Brasil (1994-2018), em MtCO₂



Fonte: Climate Watch (2021).

Os desafios que se colocam para o campo são imensos. O Brasil voltou ao mapa da fome por políticas deliberadas do governo que se encerrou; a insegurança alimentar afeta mais da metade da população brasileira. Proporcionalmente, o quadro é ainda mais grave no meio rural. Houve um completo desmonte de políticas públicas para o campo nos últimos anos, principalmente após a virada para austeridade em 2015 e a EC nº 95, agravado sobremaneira no governo do terraplanista antivacina, como mostra a evolução do orçamento finalístico do In-cra desde 2003, visível no gráfico abaixo.

Só que, além dos desafios trazidos pelo último período, há duas questões estruturais para o campo. A primeira é a diminuição da área plantada de culturas que atendem à segurança alimentar e nutricional e a expansão das *commodities* agrícolas: o gráfico a seguir faz uma síntese comparando as áreas plantadas de arroz, feijão, cana-de-açúcar e soja. Antes que alguém argumente sobre ganhos de produtividade, é importante ressaltar que a produção por habitante para os alimentos básicos caiu ao longo dos anos, ao contrário da produção das *commodities*.

Se adicionarmos a emergência climática à discussão, temos que historicamente a mudança no uso da terra e silvicultura (LUCF, acrônimo em inglês) e a agricultura foram responsáveis por $\frac{3}{4}$ das emissões acumuladas do Brasil e, apenas em 2018, por mais de 60% das emissões. Importante destacar que, analisando os últimos 30 anos, apenas a agricultura não diminuiu suas emissões, como fica claro no gráfico abaixo.

A enormidade das tarefas que se colocam para o campo brasileiro passa necessariamente pela retomada da agenda da reforma agrária, como já anunciado pelo presidente Lula em sua primeira *live*, realizada no dia 13 de junho. O ministro Paulo Teixeira tem anunciado a arrecadação de terras dos grandes devedores da União, o que, ainda que necessite de ajustes normativos para se viabilizar, tem um potencial de arrecadação de cerca de 7,6 milhões de hectares. O Incra possui ainda dezenas de milhões de hectares de áreas autodeclaradas improdutivas por seus proprietários, que precisarão de vistorias para que possam efetivamente ser destinadas à reforma agrária.

Os novos assentamentos precisarão de crédito, assistência técnica, infraestrutura, educação, cultura e cidadania. O Incra precisará ser fortalecido com uma reestruturação, concurso e uma carreira bem-remunerada para os seus servidores. Isso tudo ensejará recursos orçamentários que hoje inexistem. E num governo de frente ampla, que foi necessária para derrotar o bolsonarismo, esses recursos não existirão sem mobilização popular. Como diz o ditado, se o campo não planta, a cidade não janta. A reconstrução do Brasil passa por um pacto nacional pela reforma agrária agroecológica e popular, capaz de garantir a segurança alimentar e nutricional do nosso povo e auxiliar no enfrentamento das mudanças climáticas.

** É economista e diretor de gestão estratégica do Incra.*

Dilemas e possibilidades para a agricultura brasileira

Carlos Eduardo Frickmann Young*

■ A propaganda do “Agro é Pop, é Tech, é Tudo” acaba difundindo a visão equivocada de que o avanço da agricultura brasileira se dá necessariamente por um único caminho. Ironicamente chamada no passado de “revolução verde”, essa visão pressupõe que a “modernidade” se dá pelo uso cada vez mais intensivo de insumos químicos e máquinas que substituem o trabalho humano. Mais recentemente, a introdução de organismos geneticamente modificados (OGMs) aumentou ainda mais a produtividade, medida por produção por hectare ou por trabalhador ocupado.



Esse novo paradigma propõe-se a substituir o “atrasado” modelo convencional de produção, especialmente os praticados por povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos etc.). No caso brasileiro, a visão de modernidade também foi associada à conversão das florestas nativas em pastagens ou áreas cultivadas. Essa proposta se relaciona à ideia presente desde tempos coloniais de “conquista de território”. O “progresso” se daria pela transformação das “improdutivas” vegetações naturais, que seriam intrinsecamente antieconômicas. O jargão “limpar a terra” é um eufemismo para designar as grandes queimadas realizadas para a expansão da fronteira agrícola, tornando o Brasil uma “potência” do agronegócio mundial, que se autodefine como “o setor que carrega o Brasil nas costas”.

De fato, o crescimento do PIB agrícola no atual milênio é significativamente superior ao do PIB total. Isso significa que não apenas a participação da agricultura em relação ao produto agregado brasileiro cresceu, como também aumentou significativamente a participação das exportações agrícolas sobre o total. Porém, essa visão triunfalista, apresentada especialmente pela parcela do setor rural que mais se expandiu (pecuária bovina e monocultivo intensivo em agroquímicos e mecanização), esconde problemas estruturais associados à reprimarização da economia brasileira.

O aumento da participação de matérias-primas agrícolas (e minerais) na pauta de exportações é também consequência da forte desindustrialização sofrida pelo país nas últimas décadas. Nesse sentido, ocorreu um retrocesso na inserção brasileira no mercado internacional, que se tornou cada vez mais dependente da flutuação cíclica dos preços das *commodities* e da tendência de longo prazo de deterioração dos termos de troca. As exportações concentram-se não apenas em matérias-primas, mas também em produtos industriais cujos processos de produção apresentam alto potencial poluidor. Assim, tanto nas atividades primárias quanto na indústria de transformação, as atividades com melhor desempenho nos últimos anos são as que emitem mais poluentes por unidade de valor produzido.

Embora haja progresso técnico, parte da competitividade ainda se baseia no acesso barato a matérias-primas e energia ou na desconsideração das externalidades ambientais negativas (“competitividade espúria”, na terminologia proposta por FAJNZYLBBER, 1988). Isso é evidente pelas principais fontes de emissão de gases de efeito estufa no Brasil: desmatamento, seguido por emissões da agricultura (principalmente metano emitido pela pecuária e gases associados ao uso de fertilizantes).

O retorno ao modelo primário-exportador dinamizado por atividades de alto impacto ambiental também tem um elevado custo para a inclusão social. A atual agropecuária brasileira caracteriza-se pela contí-

nua retração no número de ocupações, apesar da grande expansão de produção. Segundo o IBGE, o setor agropecuário era responsável por 24,6% das ocupações totais no período 1995-1999, caindo para 21,4% em 2000-2004, 16,1% em 2005-2009 e para apenas 11,9% entre 2016 e 2020. Isso significou uma perda líquida de 4,19 milhões de ocupações entre 2000 e 2020 para o total do setor (cultivo, silvicultura, extração vegetal, pecuária e pesca), apesar do produto agrícola ter mais que dobrado no mesmo período (e crescido 36% acima do PIB total).

Além do aumento na emissão de gases de efeito estufa, o desmatamento para expansão da fronteira agrícola é também uma ameaça à conservação da imensa biodiversidade brasileira. Isso foi resultado de políticas de incentivo e mudanças na legislação brasileira que reduziram requisitos mínimos legais de conservação de florestas, a fim de maximizar a área disponível para cultivo e pastagens, além do “desmonte ambiental” nas instituições federais no período 2019-2022. Atualmente a pressão política se volta para a redução das áreas dedicadas a unidades de conservação e terras indígenas. Esse processo de mudança no uso da terra ocorre muitas vezes com violência, de modo que o desmatamento está estatisticamente correlacionado com o aumento de homicídios (Sant’anna e Young, 2010) e a propagação de epidemias, como a malária (Olson et al., 2009).

O Brasil é um dos maiores usuários mundiais de agrotóxicos. Em particular, chama atenção a elevada contaminação por agrotóxicos nas áreas de produção agrícola. Isso resulta em incidência elevada de doenças associadas (por exemplo, o câncer), especialmente entre os trabalhadores rurais mais expostos (Abrasco, 2012).

O uso de organismos geneticamente modificados (OGM) se expande continuamente, uma questão bastante afastada da preocupação das agências regulatórias e dos próprios consumidores (Castro, 2016). Os OGMs são vistos como grandes avanços tecnológicos, oriundos quase sempre dos laboratórios sob controle de grandes corporações transnacionais, e se destacam principalmente pela capacidade de tornar os cultivos comerciais cada vez mais resistentes aos pesticidas e defensivos aplicados em volume cada vez maior no campo brasileiro. Ou seja, aumentam ainda mais a propensão ao uso intensivo de agrotóxicos. Além disso, os OGMs tornam os agricultores cada vez mais dependentes do fornecimento de sementes por parte dos grandes aglomerados industriais, em detrimento dos cultivares nativos com sementes produzidas pelos próprios agricultores. Apesar da gravidade desses problemas, continuam surgindo propostas legislativas para reduzir ainda mais o frágil controle público sobre a disseminação desses organismos no país.

A relevância dessas críticas não significa que a agricultura não deve ser estimulada, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Pelo contrário, é cada vez mais necessária a implementação de políticas públicas para o setor. Porém, o que deve ser buscado é o incentivo a outras formas de agricultura, que levem em consideração a diversidade de modalidades e saberes agrícolas, harmonizadas com o meio ambiente e que valorizem a biodiversidade nativa.

É fundamental entender que o século 21 apresenta uma nova versão do que é “moderno” na agricultura, com a rejeição de modelos uniformes de práticas e cultivares. A importância da diversidade de saberes, espécies e raças de plantas e animais contrasta com as propostas de cultivos homogêneos, produzidos em larga escala e dependentes de OGMs. Essa nova visão privilegia a pequena escala, mas que pode gerar grandes volumes de produção de forma atomizada em propriedades de menor tamanho, mas com o trabalho humano associado a técnicas menos agressivas à natureza. Mais qualidade significa maior valor agregado e renda, numa produção com características específicas, como produção orgânica e agricultura de baixo carbono.

A utilização apropriada dos recursos naturais, com práticas de conservação que minimizem os impactos sobre o meio ambiente, contrasta com a “antiga modernidade” e sua visão de agir “corrigindo a natureza”. Isso inclui a conservação do solo, através de técnicas que visam a reduzir a erosão, o aumento da matéria orgânica no solo, a implementação de sistemas de cultivo mínimo e a rotação de culturas. Essas medidas ajudam a preservar a qualidade do solo, sua estrutura e biodiversidade, evitando a degradação e a perda de nutrientes.

O uso eficiente da água é outro componente fundamental, considerando o aumento esperado de eventos climáticos extremos por causa do aquecimento do planeta. Práticas sustentáveis devem ser estimuladas, como formas mais eficientes de irrigação e redução do desperdício. Políticas ambientais são fundamentais para a conservação dos recursos hídricos, incluindo a proteção das nascentes, a preservação das áreas úmidas e a redução da contaminação da água por agroquímicos. Para isso, Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais devem beneficiar os proprietários rurais engajados em tais práticas, associando retorno econômico com conservação e recuperação dos remanescentes florestais nativos (Young e Castro, 2021).

O manejo integrado de pragas e doenças pode reduzir o uso de agrotóxicos. Soluções baseadas na natureza podem ser fundamentais para a agricultura integrada com a conservação ambiental, através de práticas como controle biológico, uso de plantas repelentes e rotação de culturas. Em particular, deve-se valorizar cada vez mais os serviços ecossistêmicos de polinização, dispersão de sementes e controle de pragas que são providos pela biodiversidade nativa.

Um dos princípios da agroecologia é evitar a homogeneização e bus-

car a diversificação de culturas, o que inclui sistemas agroflorestais que combinam cultivos e pecuária com a preservação de espécies nativas. Isso contribui para estabilizar os ecossistemas agrícolas e aumentar sua resiliência para lidar com riscos de doenças e pragas, ao mesmo tempo que torna o agricultor interessado em proteger a biodiversidade em suas próprias terras. Aumenta o interesse na conservação da biodiversidade nas áreas externas aos pastos e cultivos, e a criação de corredores ecológicos e proximidade com áreas protegidas passa a ser vista como uma vantagem competitiva para o agricultor, que se beneficia dos serviços ecossistêmicos da conservação.

Como as características naturais variam regionalmente, deve-se fugir de soluções universais e buscar abordagens e técnicas adaptadas às condições locais. A participação ativa dos agricultores e das comunidades locais é fundamental para essa transformação. Educação e treinamento para conscientizar sobre os benefícios da conservação ambiental para a produção, a provisão de conhecimentos técnicos e promoção de práticas sustentáveis são instrumentos de políticas públicas essenciais para essa transformação.

Em suma, diversificar, entender, adaptar e proteger o meio ambiente são formas muito mais inteligentes e eficientes para uma agricultura sustentável inserida na complexa realidade de um planeta com riscos ambientais crescentes.

** É professor titular do IE/UFRJ.*

ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro, 2012.

CASTRO, Biancca Scarpeline. 15 years of genetically modified organisms (GMO) in Brazil: Risks, labeling and public opinion. Agroalimentaria, v. 22, n. 42, p. 103-117, 2016.

FAJNZYLBBER, Fernando. Competitividad internacional: evolución y lecciones. Revista de la Cepal, n.36, p.7-24. 1988.

OLSON, S. H. et al. Links between climate and malaria in the Amazon Basin. Emerg Infect Dis [serial on the Internet], 2009.

SANTANNA, A. A.; Young, C. E. F. “Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia”. Economia Aplicada, v. 14, p. 377-387, 2010.

YOUNG, C.E.F.; CASTRO, B. S. Financing mechanisms to bridge the resource gap to conserve biodiversity and ecosystem services in Brazil. Ecosystem Services, v. 50, p. 101321, 2021.



A reforma agrária é pop, de popular

Marina do MST*

■ Tenho recordações das primeiras atividades que participei na luta pela terra, no estado do Paraná. Tinha 14 anos e, tendo trabalhado como boia-fria, vivia na pele as contradições do modelo agrário hegemônico no Brasil. Anos depois, a luta pela terra e a militância no MST me trouxeram ao município fluminense de Campos dos Goytacazes, em 1996. Em 2022, fui eleita a primeira deputada estadual Sem Terra do estado do Rio de Janeiro, unidade da federação que, além de ter a segunda maior região metropolitana do Brasil, é rica e diversa em seu interior, embora sua dimensão rural seja pouco conhecida e bastante invisibilizada.



Trago para o parlamento fluminense um acúmulo individual e coletivo de luta contra o modelo do agronegócio, que se caracterizou nos últimos anos pela presença de empresas transnacionais e do capital financeiro; atores do capital que na agricultura disputam o campo e as pessoas que ali vivem e trabalham. O agronegócio ou “agro”, como o setor tenta se autodenominar, tem como característica fundamental o predomínio da ofensiva do capital financeiro internacional sobre o domínio da natureza, da produção e dos bens agrícolas.

O neoliberalismo reconfigura-se através do projeto de agronegócio como medida para superar os seus ciclos de crises estruturais, considerando o papel dos territórios no processo de acumulação/exploração. A expansão geográfica do capital vai produzindo uma profunda hegemonia em escala planetária de privatização dos bens naturais. Além de dominar as cadeias produtivas que visam à produção de matérias-primas para a exportação aos países centrais, outra consequência são os processos de expulsão em massa dos camponeses. O capital, obtendo um nível de controle dos bens da natureza, implanta-se em grandes áreas destinadas para a agricultura, afeta e destrói o meio ambiente e acarreta a impossibilidade de uma agricultura destinada à soberania alimentar de todos os povos.

Assim, face à crescente mercantilização e internacionalização na agricultura, surgiu a necessidade de os camponeses se organizarem em nível internacional. Movimentos Populares do Campo, através da Via Campesina, têm buscado resistir ao projeto do agronegócio globalizado desenvolvendo ações de resistência e construindo outras formas de desenvolvimento do campo. A Via Campesina, do qual o Movimento Sem Terra faz parte, desenvolve a luta permanente contra as transnacionais, o modelo dos agronegócios e a agricultura industrial, que atentam contra os direitos da vida, do planeta e dos povos do campo. Tem caráter anticapitalista, antineoliberal, antipatriarcal e anti-imperialista, e se compromete com a construção de movimentos sociais de massas e de lutas. No Brasil, a concomitância entre o crescimento pujante do agronegócio junto ao brutal recrudescimento da fome pintou em tela o que sempre soubemos: é a reforma agrária e o povo do campo quem coloca alimentos na mesa. Se por um lado, temos cada dia mais a população passando fome, do outro, temos o agronegócio brasileiro batendo recordes de lucro na produção e comercialização das ditas *commodities* (produtos agrícolas para exportação). Estamos a cada dia deixando de produzir alimentos, como aipim, arroz e feijão, por exemplo, para avançar na lógica destrutiva do modelo do agronegócio com as grandes monoculturas de soja, milho e cana de açúcar, que turbinam o sistema financeiro e são transportadas direto para fora do país.



A segurança alimentar das sociedades em várias partes do mundo está ameaçada, assim como a soberania alimentar, visto que foi sendo imposto o mesmo pacote tecnológico para os vários continentes, um pacote que utiliza grandes extensões de terras nos países em desenvolvimento e trabalho precarizado, ameaçando o controle da agricultura pela diversidade de grupos camponeses por todo o mundo. Há um confronto entre diferentes modos de fazer agricultura: uma agricultura do agronegócio, hegemônica e homogênea, em disputa com uma agricultura de base camponesa. A razão da fome, para os pesquisadores, está na estrutura agrária de latifúndios e em seu caráter de monocultura de exportação, sendo que essa lógica mercantil desloca a segurança alimentar. O chamado agronegócio é sinônimo de extensivos cultivos de árvores homogêneas para a produção de celulose, monoculturas de grãos, madeira ou agroenergia e do despovoamento como resultado do uso de agrotóxicos e de uma forte mecanização, que prescinde da força de trabalho camponesa e expulsa essa população das áreas rurais. Essa política que se baseia no modelo do agronegócio é insustentável ambientalmente, economicamente e socialmente. Esse modelo, que tem como características a monocultura, a artificialização da agricultura, a financeirização, o intenso uso de agrotóxicos e transgênicos e a alta mecanização, expulsa trabalhadores do campo, os contamina e não traz desenvolvimento algum para os territórios; muito ao contrário, gera fome, miséria e doença. O agronegócio quer aumentar a produtividade e para isso, sua meta é o aumento do uso de agrotóxico e transgenia, o que tem gerado novas conflitualidades a partir da gestão do agronegócio.

Entre 2010 e 2021, foram registrados 9.806 casos de intoxicação de crianças de 0 a 14 anos. Deste total, 91 crianças morreram intoxicadas – conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/DataSUS). Os relatos de intoxicação são cotidianos e constituem ameaça constante à vida da população, seja por pulverização terrestre ou aérea. Isto sem falar da sobre contaminação das águas de uso nas cidades, que ameaça a vida em nossas grandes metrópoles.

Inclusive, a disputa em torno do agrotóxico tem renovado o debate acerca do moderno, progresso, técnicas e tecnologias da produção. Se por um lado, o setor patronal no plano do mercado internacional vê a transgenia como única forma de manter a competitividade, por outro, os movimentos sociais de luta pela terra articulados na Via Campesina percebem na necessidade da produção agroecológica uma forma alternativa de resistência, ampliando a necessidade de se aumentar o mercado consumidor a partir das feiras e mercados, como nossa rede de Armazéns do Campo, de orgânicos e produtos agroecológicos.

A disputa ideológica pelo mercado consumidor se torna estratégica diante do avanço do agronegócio sobre o campo da política. Os transgênicos e os agrotóxicos trouxeram para a cena política um intenso e complexo debate sobre o papel da ciência, do saber e sua relação com o progresso e os destinos da humanidade. A imagem construída do agronegócio, visto como pop, agudiza a disputa retórica, impondo aos movimentos sociais uma estratégia comunicacional para ampliar o debate sobre a qualidade dos alimentos.

Para nós, do Movimento Sem Terra, o verdadeiro “pop”, de popular, são os movimentos de luta pela terra, e não o agronegócio. Nossos objetivos principais, além da luta por reforma agrária, incluem fortalecer a agricultura e a agroecologia em detrimento do agronegócio “destruidor da natureza e das pessoas”, hoje dominante nas chamadas bancadas ruralistas dos parlamentos. A partir das experiências concretas que temos, queremos fortalecer a agroecologia e o meio ambiente e avançar na luta contra os venenos e agrotóxicos. Não esqueçamos que a palavra cultura teve sua origem em *colere*, em latim, culto, cultivo e, lamentavelmente, o agronegócio não considera que está tratando de cultura do campo (agri + cultura), com natureza viva; reproduzem a lógica mercadológica no trabalho com o meio ambiente e a toda a cadeia de produção alimentar, e os técnicos obedecem às regras das empresas transnacionais dos alimentos, deixando a população à mercê da fome e da subnutrição.

São muitos os problemas desse modelo de desenvolvimento. A fome não é oriunda da falta de produção de alimentos, mas sim da falta de distribuição e acesso para o conjunto da população. Defendemos a reforma agrária popular, por ser um conjunto de políticas capazes de

gerar desenvolvimento, a partir da distribuição de terras e renda, e de promover a justiça social e a paz nas áreas rurais do nosso país. Continuaremos por aqui, denunciando e combatendo a fome de comida, assim como as demais “fomes” sociais que se agudizaram nos últimos anos, trazendo tantas mazelas e sofrimento ao nosso povo. Nossa pauta precisa ser baseada na fartura: da vida, da comida, das alegrias e da justiça social.

** Lucia Marina do Santos é militante do MST e da luta pela reforma agrária desde 1989. É parlamentar estadual no Rio de Janeiro pelo PT.*

